

# Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O que fazer para zerar o rombo fiscal ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O "conflito fiscal monetário" continua em cena - SERGIO LAMUCCI ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Meli, Amazon e Shopee pedem adesão ao Remessa Conforme ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dinheiro "esquecido" tem R\$ 2 bi de falecidos ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SEGURIDADE SOCIAL

Mais um capítulo da ficção orçamentária (Editorial) ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Carga tributária brasileira: alta, iníqua e ineficiente (Artigo) ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

'É impossível zerar a fila do INSS', afirma ministro ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Definição sobre Dino pode retardar escolha para o STF ..... 11

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Como funciona o saque-aniversário do FGTS e quais as mudanças em estudo ..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula recebe ao menos 60 pedidos de encontros bilaterais nos EUA ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"É o governo que decide se quer produção local ou mais itens chineses" ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tribunais de contas defendem ajuste em reforma tributária ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Problema do Conselho Federativo pode ser diferente do que se fala ..... 21

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária passa até 15 de outubro, diz líder ..... 23

O POPULAR - GO - BUSSOLA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incentivos fiscais na Amazônia beneficiaram mineração e petróleo ..... 25

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Reforma tributária tira autonomia dos governadores" ..... 27

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária traz avanços ambientais, mas são insuficientes, afirmam especialistas  
(Reforma tributária) ..... 30

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado acredita em queda de meio ponto da taxa Selic na quarta-feira ..... 32

PORTAL UOL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira aponta excessos aflorando na PF e critica delações como a de Cid ..... 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Avanços na regulamentação de apostas esportivas (Artigo) ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CEOs americanos temem os impactos da polarização ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decisões do STF mantêm cobranças de IR sobre heranças e doações ..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

Governo antecipa Bolsa Família a municípios ..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
ECONOMIA

Conflito está longe do fim, afirma Jens Stoltenberg ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"O governo tem de ter juízo e cortar gastos" ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A falta que fazem as reservas - HENRIQUE MEIRELLES ..... 46

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Brasil continua a investir mal em educação (Editorial) ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Copom ancora previsões e mercado vê Selic em 12,75% nesta semana ..... 48

# O que fazer para zerar o rombo fiscal

A equipe econômica tem uma meta ambiciosa para 2024: zerar o déficit primário das contas públicas.

Ou seja: fazer com que o governo consiga gastar - descontando o que é pago de juros com a dívida pública - o equivalente ao valor da arrecadação de **impostos**.

A proposta é vista com ceticismo no mercado financeiro. A projeção mediana de bancos e consultorias ainda é de um déficit em 2024, da ordem de 0,71% do **PIB** - pouco melhor do que o esperado para este ano (1%).

Nas últimas semanas, também tem aumentado o tom das críticas de que o governo, na tentativa de cumprir a meta fiscal estabelecida, tem priorizado o aumento da arrecadação em vez de optar por melhorar a qualidade dos gastos públicos. Sem medidas concretas para a despesa, apontam os analistas, a equipe econômica não vai conseguir entregar os resultados prometidos.

O Ministério do Planejamento diz que trabalha numa estratégia de revisão de gastos, mas ainda não fez anúncios concretos.

"O governo tem de ter juízo e fazer reformas que permitam cortar gastos", resume Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. Pastore abre hoje uma série de entrevistas do Estadão sobre qual caminho pode ser adotado pelo País para melhorar a qualidade do gasto público e equacionar o problema fiscal.

Essa conta fica ainda mais difícil de fechar porque o governo tem bancado gastos bilionários.

Respaldação pela eleição do ano passado, o governo colocou de pé uma série de medidas com impactos relevantes: concedeu reajuste real (acima da **inflação**) para o mínimo, aumentou o salário de servidores e ampliou os recursos para os programas de transferência de renda.

Dentro do governo, também existe uma grande incerteza fiscal, que levou uma parte dos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a defender a mudança da meta. Na proposta de Orçamento para o ano que vem, o governo prevê a necessidade de arrecadar R\$ 168 bilhões em novas receitas para alcançar o déficit zero.

Para tentar turbinar a arrecadação, o Ministério da Fazenda enviou uma série de projetos ao Congresso. O governo já conseguiu aprovar a lei do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que retoma o voto de qualidade a favor da Fazenda. A medida, diz o governo, pode ter um impacto de R\$ 54,7 bilhões em 2024. Mas há batalhas mais duras e que não têm amplo apoio dos parlamentares, como as que mexem com a tributação de fundos exclusivos e offshore.

"O que me preocupa é exatamente o médio prazo", afirma Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Rena. "O problema é como o governo vai dar sustentação ao novo arcabouço nos próximos anos, já que ele não vai conseguir ficar tirando da cartola, todo ano, medidas pelo lado da receita. Há, portanto, um encontro marcado com o lado do gasto."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# O "conflito fiscal monetário" continua em cena - SERGIO LAMUCCI

**SERGIO LAMUCCI**

As incertezas sobre as contas públicas aumentaram nas últimas semanas. A avaliação é que a proposta de Orçamento de 2024 tem previsões muito otimistas de receitas e, em alguns casos, despesas subestimadas, como as relacionadas aos gastos com aposentadorias e pensões. Para os especialistas em contas públicas, tem ficado ainda mais distante o cumprimento da meta do governo de zerar o déficit primário no ano que vem. Com isso, os juros reais (descontada a inflação) de longo prazo voltaram a subir, mesmo num cenário em que a aposta dominante é que a taxa Selic seguirá em queda até o fim de 2023 e ao longo de 2024.

Na sexta-feira, as taxas dos títulos do Tesouro corrigidos pelo IPCA com vencimento em 2045 e 2050 fecharam na casa de 5,75% ao ano, depois de baterem 5,4% em 11 de agosto, na mínima do ano. São juros reais inferiores aos 6,5% a 6,6% que chegaram a ser registrados na primeira quinzena de março, antes da apresentação do novo arcabouço fiscal, mas uma taxa de 5,75%, descontada a inflação, é muito elevada, não sendo sustentável no longo prazo. Ela impõe um custo que exige superávits primários muito altos para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB, além de afetar o ritmo de crescimento, como lembra sempre o ex-presidente do Banco Central (BC) Affonso Celso Pastore.

O grau de incerteza fiscal não voltou ao nível observado antes da apresentação e aprovação do arcabouço fiscal, mas a alta recente dos juros reais de longo prazo mostra que a nova regra não é vista como uma solução estrutural para as contas públicas. Vale dizer que o aumento das taxas dos títulos corrigidos pela inflação também foi influenciado por um cenário externo mais adverso, com a avaliação de que os juros ficarão mais altos por mais tempo nos países avançados. Ainda assim, as dúvidas recentes sobre o Orçamento de 2024 têm peso para a elevação das taxas reais de longo prazo no país.

A maior incerteza em relação ao Orçamento é quanto à capacidade de o governo conseguir receitas adicionais de R\$ 168,5 bilhões.

Sem elas, a administração federal não será capaz de zerar o déficit do resultado primário (que exclui gastos com juros) da União. Segundo relatório da Instituição

Fiscal Independente (IFI) divulgado na semana passada, o projeto de lei orçamentária do ano que vem "prevê arrecadar R\$ 69,7 bilhões com medidas em tramitação no Legislativo mais R\$ 97,9 bilhões com o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, matéria que aguarda sanção presidencial". Para a IFI, porém, o governo deverá conseguir apenas R\$ 51,9 bilhões com essas iniciativas, e não R\$ 168,5 bilhões.

Em relatório, a A.C. Pastore Associados, a consultoria de Pastore, afirma que as receitas necessárias para cumprir metas fiscais do governo central nos próximos três anos só seriam atingidas com aumento de alíquotas de impostos já existentes - algo que não está no radar e nem seria viável politicamente. Nesse cenário, a expectativa da consultoria é que o país tenha déficits primários em 2024, 2025 e 2026, o que aumenta a taxa neutra de juros-aquela que permite a economia crescer sem pressões inflacionárias. Os analistas avaliam que essa taxa subiu nos últimos anos. Em junho, o Banco Central (BC), por exemplo, elevou a sua estimativa para o indicador de 4% para 4,5%, descontada a inflação.

Além do problema das receitas, alguns analistas têm apontado que algumas despesas para o ano que vem estão subdimensionadas. Pesquisador do Insper, Marcos Mendes avalia que os gastos com benefícios previdenciários podem estar subestimados em R\$ 16 bilhões, como mostrou reportagem do Valor de Jéssica Sant Ana. Isso aumenta o risco de o resultado primário de 2024 ficar mais distante da meta de déficit zero. Além de projeções de receitas irrealistas, as estimativas para algumas despesas parecem subestimadas. Para completar, o resultado fiscal deste ano tem mostrado queda da receita e alta forte das despesas.

Para a A.C. Pastore, com as dificuldades para obter a arrecadação necessária para atingir as metas de resultado primário, "fica claro que em 2024, 2025 e 2026 a política fiscal continuará sendo expansionista". O governo não "abdica" de manter o crescimento dos gastos não financeiros acima da inflação, por considerar que o aumento de despesas é "o que promove o crescimento econômico", segundo a consultoria. Como a alta da demanda do governo expande a demanda total da economia, a taxa neutra de juros será mais elevada, segundo a A.C. Pastore.

"Ou seja, ao expandir a demanda agregada a política fiscal expansionista leva, caso o Banco Central mantenha seu compromisso em atingir o centro da meta em 2025 [de 3%], a um "crowding out" da demanda do setor privado, com maior efeito naquelas componentes da demanda do setor privado mais sensíveis à taxa de juros, como são a demanda de bens duráveis de consumo e a formação bruta de capital fixo [medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação]." Isso significa que uma demanda mais forte do setor público toma o lugar na economia da demanda do setor privado. O mais preocupante é o impacto sobre o investimento, que segue baixo no Brasil e precisa crescer para a economia conseguir avançar a taxas mais elevadas de modo sustentado.

Se o BC passar a trabalhar com uma "meta implícita" de **inflação** superior ao centro da meta, é possível que reduza mais os juros, diz a A.C. Pastore, mas à custa de um IPCA mais elevado, superior aos 3%. Com isso, haveria a continuidade nos próximos anos do "conflito fiscal monetário", cuja existência o ex-presidente do BC tem apontado reiteradamente.

O arcabouço trouxe algum norte para as contas públicas, afastando o risco de um cenário de ruptura fiscal num prazo mais curto. No entanto, a dependência do novo regime de receitas que poderão não se concretizar e a possibilidade de que algumas despesas estejam subestimadas, com uma regra que prevê expansão dos gastos sempre acima da **inflação**, apontam para uma coleção de fragilidades, que tornam mais provável o quadro traçado pela A.C. Pastore para os próximos anos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Meli, Amazon e Shopee pedem adesão ao Remessa Conforme

**Jéssica SanfAna e Adriana Mattos**

Mercado Livre, Amazon e Shopee solicitaram adesão ao Remessa Conforme, programa da **Receita Federal** que permite que encomendas do exterior de até US\$ 50 sejam isentas do imposto de importação, cuja alíquota é de 60%. A empresa que adere precisa prestar uma série de informações ao Fisco.

Apesar do imposto zero para importação, é cobrado 17% de ICMS (imposto estadual) sobre cada remessa enviada ao país.

Já obtiveram a certificação ao Remessa Conforme as empresas Sinerlog, AliExpress e Shein-as duas últimas representam cerca de 67% do total de remessas internacionais enviadas ao Brasil de janeiro a julho deste ano.

Mas mesmo companhias que tiveram a habilitação liberada não começam, imediatamente, a importar produtos com a taxa zero. Isso porque é necessário uma adaptação da plataforma, em termos de sistema e tecnologia, ao novo modelo de importação com nacionalização antecipada.

O Remessa Conforme foi criado pelo governo para trazer os marketplaces estrangeiros-e, conseqüentemente, os vendedores nas plataformas-para a conformidade. Até 2022, a Receita tinha informação sobre apenas 2% das remessas internacionais que entravam no Brasil, devido à falta de preenchimento de documentos obrigatórios e pagamento de **impostos**.

Já as empresas participantes do Remessa Conforme se comprometem a prestar todas as informações e a recolher **impostos**, cobrando direto do consumidor, no ato da compra. Se o valor da remessa for de até U\$ 50, estará isenta de imposto de importação. As encomendas também terão despacho aduaneiro simplificado.

Em agosto, o comando do Mercado Livre disse que avaliava importar produtos se fossem mantidas melhores condições tributárias para plataformas estrangeiras. A empresa já tem uma operação de importação de mercadorias do exterior no México. Hoje, essa venda tem peso muito pequeno nas vendas totais, diz o Mercado Livre.

No caso da Shopee, o pedido de adesão ao Remessa foi feito no fim da noite de quinta-feira, depois de o Valor revelar que a companhia entrou na mira da **Receita Federal**, por suspeita de sonegação e lavagem de dinheiro. A Receita levou a questão para análise da Polícia Federal e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Segundo o Valor apurou, as suspeitas ainda serão analisadas mesmo com o pedido de adesão ao Remessa. Uma fonte avalia que o pedido pode melhorar a situação da Shopee, se ela mostrar boa vontade em resolver os problemas que vêm sendo identificados.

Outras empresas podem entrar na mira do governo, pois, com o Remessa e uma nova atuação de fiscalização em Guarulhos e Curitiba, o Fisco passou a ter acesso a mais dados. Segundo essa fonte, qualquer prática irregular tributária e **aduaneira** será investigada.

**Site:** <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impresso/>

# Dinheiro "esquecido" tem R\$ 2 bi de falecidos

Dos R\$ 7,2 bilhões disponíveis para resgate no Sistema Valores a Receber (SVR), ferramenta que mostra dinheiro "esquecido" por clientes no sistema financeiro, R\$ 2 bilhões são de pessoas que já morreram, segundo dados do Banco Central (BC). O montante a ser devolvido a herdeiros representa 28% do total.

Nesses casos, os interessados devem entrar em contato com o banco após a consulta no BC e precisarão incluir o valor no inventário.

Por ser um processo burocrático e caro, muitos herdeiros desistem de resgatar.

Como mostrou o Valor, a legislação permite que os recursos de pessoas que já morreram e não têm herdeiros sejam direcionados aos municípios onde elas moravam. A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) enviou um ofício ao BC pedindo acesso às informações dessas contas em que as mortes foram verificadas no cadastro da **Receita Federal**.

A ideia é que cada município entre com uma ação judicial para a publicação de um edital de convocação de eventuais herdeiros. Se eles não aparecerem em até um ano, os valores poderão ser declarados vacantes e transferidos para os cofres das prefeituras. Procurado, o BC disse que estava analisando o ofício.

"Em resumo, os custos da sobrepartilha [quando um bem é adicionado posteriormente ao inventário] variam de acordo com o valor do patrimônio e negociação dos honorários do advogado. Não é um processo simples e barato e, se os valores envolvidos forem muito baixos, pode ser que o trabalho e os custos não compensem o montante a ser recebido pelos herdeiros", ressaltou a advogada Suzana Castelnau, sócia do Donelli e Abreu Sodré Advogados.

"A transferência de bens de uma pessoa falecida para os seus herdeiros só é possível por inventário e emissão de formal de partilha, caso contrário, o banco não irá proceder com a alteração do titular do bem. Caso ainda exista um processo de inventário em aberto, o inventariante deverá incluir o novo bem na partilha e deve seguir com o procedimento já existente", detalhou Castelnau.

Segundo a especialista, se o inventário já tiver sido encerrado, deve haver a sobrepartilha, que é a inclusão de bens que foram ocultados, litigiosos ou que os herdeiros só tomaram conhecimento depois de encerrado o processo. "A sobrepartilha pode ser pela via judicial ou extrajudicial [cartório], acompanhado por advogado", explicou.

Mirella Andreola, advogada e sócia do Machado Associados, destacou que o inventário é sempre necessário para receber qualquer quantia de pessoa falecida. "Se for um valor muito baixo, só vale a pena fazer o inventário ou a sobrepartilha se existem outros bens a serem incluídos", ponderou. "A sobrepartilha passa pelo mesmo procedimento do inventário, os custos são os mesmos", complementou.

O dinheiro "esquecido" pode ser de contas encerradas com saldo remanescente ou de cobranças indevidas que foram ressarcidas, por exemplo. Após intensa procura nos meses de lançamento e de retorno da ferramenta, o ritmo de resgates caiu.

Agora, a maior parte das pessoas tem valores pequenos a receber.

De acordo com o balanço do BC por faixa de valor, 88% são de recursos até R\$ 100. Destes, 63% têm até R\$ 10 para sacar e apenas 1,77% têm mais de R\$ 1 mil.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187662>

# Mais um capítulo da ficção orçamentária (Editorial)

A proposta de Orçamento apresentada ao Congresso já contava com certo otimismo no que diz respeito às receitas, mas ainda não se sabia que o governo estava imbuído desse mesmo tom esperançoso ao estimar as despesas previstas para o ano que vem. Reportagem publicada pelo Estadão mostrou que o valor atribuído ao pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estaria subestimado em algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

Não é difícil chegar a essa conclusão.

Basta considerar que o governo projetou um aumento de 5% nas despesas com a **Previdência Social**, desprezando o fato de que a mesma peça prevê um reajuste de 7,65% para o salário mínimo, piso que serve como referência na fixação dos pagamentos. A equipe econômica rejeitou essa tese e reafirmou a intenção de economizar até R\$ 10 bilhões com a adoção de medidas para combater irregularidades no **INSS**, embora as filas apontem para uma demanda reprimida de 1,69 milhão de benefícios a serem concedidos.

Da mesma forma, o governo estimou gastos de R\$ 169,5 bilhões com o Bolsa Família em 2024, embora as despesas com o programa devam chegar bem próximo ao patamar de R\$ 180 bilhões neste ano. No caso do Bolsa Família, o pente-fino para apurar fraudes tem surtido um efeito bem menor que o inicialmente projetado. Em contrapartida, novas famílias incluídas neste ano reverteram, em parte, a economia gerada pela exclusão daquelas que se dividiam artificialmente para auferir dois benefícios.

Como já dissemos neste espaço, a reavaliação de práticas e processos internos deve ser parte de um esforço permanente do Estado para reduzir o índice de falhas na concessão desses benefícios.

Afinal, uma vez aprovados, eles se tornam parte de despesas fixas e de caráter obrigatório da União - ou seja, não podem ser cortadas nem contingenciadas.

Não é possível, no entanto, classificar este pente-fino como corte de gastos, demanda certamente indigesta, mas fundamental para colocar o Orçamento de pé no médio e longo prazos.

Isso não seria um problema tão grande, se as receitas

com as quais o governo conta no ano que vem fossem minimamente realistas. Mas o fato é que não são. Construir maioria no Legislativo para aprovar a taxação das apostas esportivas, dos fundos exclusivos e das offshores já será bastante desafiador, mas, segundo a colunista Adriana Fernandes, até mesmo receitas que dependem apenas do próprio governo, como as relacionadas a concessões de infraestrutura, estariam infladas, considerando a carteira de projetos a serem leiloados em 2024.

Subestimar despesas fixas gera, como consequência, uma necessidade de aumentar o contingenciamento de gastos não obrigatórios para cumprir a meta fiscal. O termo que define a rubrica orçamentária não faz jus à sua relevância.

Nela se incluem investimentos, cruciais para o crescimento econômico; emendas parlamentares, sem as quais o Executivo não consegue apoio suficiente para votar qualquer projeto; e dispêndios como faturas de água e energia, cuja inadimplência impede o funcionamento das estruturas físicas do governo.

Esse contexto faz do Orçamento, ano a ano, uma peça de ficção. Não há exatamente má-fé por parte da equipe que elabora a peça, mas o resultado da sobreposição de regras que impõem pisos mínimos, tetos máximos e reajustes indexados, passando por fundos e tipos de transferência cuja execução conta com o privilégio de estar livre de qualquer limite.

A realidade é que a conta simplesmente não fecha, sobretudo quando o objetivo anunciado é zerar o déficit fiscal de um ano para o outro sem realizar reformas estruturais. Diante de uma meta tão ambiciosa quanto irrealizável, cabe ao governo explorar as possibilidades de empoçamento e execução na boca do caixa, bem como os limites autorizados pelo arcabouço, para impedir que o buraco que já está contratado se amplie ainda mais. Ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, resta resistir a pressões de todos os lados para flexibilizar a meta, nem que isso se sustente apenas no discurso e no papel.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Carga tributária brasileira: alta, iníqua e ineficiente (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

É comum a afirmação de que o Brasil possui uma das mais altas cargas tributárias do mundo. De acordo com dados da Global Revenue Statistics Database, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para 120 países, em 2021, com 33,5% do **PIB**, nossa carga era a 25.<sup>a</sup> mais alta. Sim, é elevada, mas inferior à média dos membros da OCDE (34,1%), de praticamente toda a Europa Ocidental e mesmo de alguns emergentes comparáveis.

O que impressiona é quando se organiza o ranking por tipo de tributo. Os **impostos** sobre a produção e a distribuição de bens e serviços (**impostos** indiretos) correspondem a 15% do **PIB**. Nesse critério, ocupamos a 12.<sup>a</sup> posição. Com países comparáveis, estamos apenas abaixo de Bulgária, Hungria, Argentina e Grécia. Os demais campeões são economias muito pequenas.

Já os **tributos** sobre o lucro e a renda são de 8% do **PIB**, o que nos coloca na 50.<sup>a</sup> posição. Ou seja, apesar das elevadas alíquotas do Imposto de Renda (IR) das pessoas jurídicas que pagam sobre o lucro real e da incidência de IR na fonte sobre salários relativamente baixos, o lamaçal de nossa confusa **legislação tributária**, que inclui isenções, deduções, incentivos, exclusões da base de cálculo, entre outras válvulas de escape, faz com que a tributação incida fortemente sobre a produção e o consumo e pouco sobre lucros e rendas. Isso prejudica a indústria, reduz a produtividade e penaliza os mais pobres. Para completar a carga tributária, há as contribuições para a **previdência social** (8% do **PIB**) e outros **tributos** e taxas (2,5% do **PIB**).

É desejável e possível reduzir a carga tributária? Obviamente é desejável, mas é muito difícil a curto e médio prazos. O Brasil optou por políticas de bem-estar social (à nossa moda, é óbvio) que impõem uma rigidez enorme às chamadas despesas obrigatórias. Temos um sistema de saúde universalizado (SUS), educação gratuita da fundamental à superior, programas sociais de transferências de renda expressivos (somente o novo Bolsa Família deve chegar a 1,7% do **PIB**, em 2024) e um sistema de

**previdência social** que em breve precisará de nova reforma para que possa ser financiado.

Além disso, a conta de subsídios, principalmente ao setor rural e a outros segmentos com força política, também é enorme. É preciso que fique bem claro que não estou entrando no mérito de nenhum desses programas, mas não podemos fechar os olhos para a necessidade de financiá-los, já que os obstáculos políticos para os reduzir parecem intransponíveis.

A PEC 45, apesar dos jabutis, representa um grande avanço para melhorar nosso sistema tributário.

Mas sua tramitação no Senado não será fácil e há o risco de ser piorada. Da mesma forma, o pacote tributário do governo, em tramitação na Câmara, tem sofrido enorme resistência dos segmentos afetados e parece pouco provável que seja aprovado inteiramente.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# 'É impossível zerar a fila do INSS', afirma ministro

**SOFIA AGUIAR e LORENNA RODRIGUES/BRASÍLIA**

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse ser "impossível" zerar a fila de espera do **INSS**, mas reafirmou o compromisso de chegar até o fim dezembro com o prazo máximo de 45 dias para atendimento.

"Zerar a fila é impossível porque, todo mês, você tem de atender ao pedido do mês e ainda resolver o que estava acumulado anteriormente", disse ele, ao Estadão/Broadcast.

Um mês após o início de programa que previu até pagamento de bônus por produtividade aos servidores, dados do Portal da Transparência Previdenciária mostram que o estoque de solicitações pendentes caiu de 1,79 milhão, em junho, para 1,69 milhão em agosto (até o dia 28) - queda de 5,7% considerada "aquém" do desejado pelo próprio presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Definição sobre Dino pode retardar escolha para o STF

**Andréa Jubé e César Felício**

Quando voltar da viagem a Cuba e aos Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva será pressionado por aliados a decidir sobre as sucessões na Procuradoria-geral da República (PGR) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Em um momento em que Lula tem se revelado mais lento e cauteloso nas decisões sensíveis, um complicador é a possibilidade de que ele ainda tenha de definir eventual substituição no Ministério da Justiça, e a recriação da pasta da Segurança Pública, se optar por indicar o atual ministro Flavio Dino para a vaga de Rosa Weber no Supremo.

Lula desembarca no Brasil na quinta-feira (21), depois de participar encontro do G-77 em Havana, e da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. O cronograma esboçado por aliados é de que ele indicará o substituto de Augusto Aras na PGR ainda em setembro, antes da cirurgia no quadril, programada para o dia 29.

Já o novo ministro do STF deve ser anunciado em outubro, na convalescença de Lula, por duas razões: uma de que a praxe não recomenda o anúncio do novo magistrado com o antecessor ainda na cadeira, e Rosa Weber aposenta-se no fim do mês. O segundo motivo para adiar a escolha é que a decisão pode ganhar contornos complexos. Se Lula indicar Dino, para a vaga, terá que avaliar se cederá à pressão de alas do PT para dividir o ministério, como se cogitou na transição.

Alguns nomes para o lugar de Dino já começaram a circular nos bastidores, como o do advogado Marco Aurélio de Carvalho, petista e integrante do Grupo Prerrogativas, o do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, também do PT, e até mesmo o do ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara, nome da confiança de Lula, hoje na presidência do Banco do Nordeste (BNB).

Junto com Dino, também estão cotados para a vaga de Weber o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. A eventual opção por Messias - favorito dos petistas - também implicará a escolha de um sucessor na AGU, mas a tarefa é considerada menos sensível.

No entorno de Lula, há quem comemore que a decisão sobre o STF fique para outubro por acreditar que, até lá, o presidente estará com a cabeça mais arejada e com o humor leve, já que terá se livrado do principal problema que o aflige: a dor lancinante no quadril, decorrente da artrose na cabeça do fêmur.

No dia 10 de setembro, Lula fez um desabafo durante um discurso em evento no Rio Grande do Norte. "Essa dor dói de dia, dói sentado, dói em pé, dói deitado, e não tem remédio, o remédio é operar", declarou. Por isso, a percepção de aliados de seu núcleo mais restrito é que a dor aguda deixa Lula mais tempo de mau humor, e esse estado de espírito impacta o ritmo e o resultado das decisões de governo.

"Lula só tem cabeça, agora, para a política, a agenda internacional, e a dor no quadril", analisou um ministro em conversa reservada. "Depois vêm a decisão sobre a PGR, e só depois o [nome para] STF", completou.

Alguns aliados atribuem a hesitação de Lula nas decisões sobre a **reforma ministerial**, que se arrastou por três meses, à conjuntura de dor e de viagens.

Um petista com quem Lula se aconselha disse pedindo o anonimato que o presidente não queria fazer mudanças no ministério agora. Ele foi aconselhado a ampliar a dissidência nas bancadas do PL e do PP, de modo a garantir cerca de 70 votos nesses dois partidos.

Ao longo desses três meses, Lula tentou evitar a reforma, cogitou dispensar o ministro Wellington Dias do Desenvolvimento Social, e entregar a pasta ao PP, recuou, quis preservar Ana Moser na pasta do Esporte, recuou, até concluir pelo formato que se consumou na semana passada.

Eventual indicação de Dino para o STF sujeitará Lula a mais uma decisão difícil: escolher um substituto para o aliado, que ganhou fôlego e popularidade no cargo na condução da Polícia Federal (vinculada à pasta) em meio às investigações dos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, à apuração do assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes, e no confronto com o bolsonarismo.

Eventual saída de Dino também resgata o debate

sobre a recriação da pasta da Segurança Pública, defendida na transição. Em dezembro, ao anunciar Dino como novo titular da Justiça, Lula confirmou que pretendia recriar o Ministério da Segurança Pública, mas, antes, havia outras prioridades. "A gente não pode fazer as coisas de forma atabalhoada", disse Lula. "O companheiro Flávio Dino tem a missão, primeiro, de consertar o funcionamento do Ministério da Justiça, da Polícia Federal", completou. "Nós vamos primeiro arrumar a casa e depois vamos começar a trabalhar a necessidade de criar o Ministério da Segurança Pública", concluiu.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Como funciona o saque-aniversário do FGTS e quais as mudanças em estudo

18/09/2023 04h00 Atualizada em 18/09/2023 04h00

O governo pretende mudar as regras do **saque-aniversário** do **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para que o trabalhador demitido sem justa causa possa sacar o saldo. Até agora, quem adere a esta modalidade de saque não tem acesso ao valor do fundo em caso de demissão. O projeto de lei com a mudança ainda deverá ser enviado ao Congresso Nacional e analisado pelos parlamentares. A expectativa é que isso aconteça nos próximos dias.

A proposta, que está na Casa Civil, libera o saldo do **FGTS** a trabalhadores demitidos sem justa causa que tenham aderido ao **saque-aniversário**. Pela regra atual, o trabalhador pode sacar, todos os anos, uma parte do **FGTS** no mês do seu aniversário. Em caso de demissão, é possível resgatar somente o valor da multa rescisória.

Liberação de saldo poderá colocar R\$ 14 bilhões na economia, estima o Ministério do Trabalho. A proposta precisa ser analisada pelo presidente Lula (PT) para depois ser encaminhada ao Congresso Nacional.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), assumiu a pasta com o compromisso de extinguir a modalidade, que considera uma "sacanagem" com o trabalhador. Como o fim do mecanismo poderia enfrentar resistências no Congresso, Marinho manifestou a intenção de revisar a medida.

Ministério do Trabalho em nota enviada ao UOL

Trabalhador consegue sacar todo ano parte do saldo do **FGTS** no mês do seu aniversário. A modalidade foi criada em 2019, no primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A Caixa afirma que 32,7 milhões de brasileiros aderiram ao **saque-aniversário**.

O valor fica em torno de 5% a 50% da soma de todos os saldos das contas do **FGTS**. Ainda é acrescida uma parcela adicional vinculada ao saldo na conta do trabalhador.

Quem for demitido pode resgatar apenas a multa rescisória. O restante só poderia ser sacado pelo trabalhador em saques-aniversários futuros.

Se a proposta passar, o trabalhador que aderiu ao **saque-aniversário** poderia retirar todo o saldo do **FGTS** se for demitido sem justa causa. A ideia é permitir que o trabalhador tenha os mesmos direitos de quem não aderiu ao **saque-aniversário**.

Trabalhador teria 30 dias após a demissão para optar pelo saque-rescisório. A minuta do projeto de lei que traz esta opção foi obtida pela coluna Painel, do jornal Folha de S.Paulo. A medida valeria para quem tiver sido demitido desde abril de 2020.

Governo analisa a opção de saque retroativo para todos que aderiram ao **saque-aniversário** desde o início de sua vigência, em 2019, e foram demitidos. Técnicos da área econômica afirmam que medida pode descapitalizar o **FGTS** e afetar sua função de fomentar setores essenciais para a sociedade. Afinal, o **FGTS** é utilizado também para financiamento de habitação, saneamento e infraestrutura.

O **saque-aniversário** do **FGTS** é opcional. Quem tiver interesse deverá informar a decisão até o último dia do mês de seu aniversário para receber o dinheiro no mesmo ano de adesão.

A pessoa poderá fazer o saque até dois meses após o mês de aniversário. A solicitação do **saque-aniversário** pode ser feita no aplicativo do **FGTS** ou no site da Caixa (nesse caso, é preciso ter certificado digital para conseguir acessar).

Todo trabalhador com conta vinculada de **FGTS**, ativa ou inativa, tem direito ao **saque-aniversário**. É preciso fazer a opção pelo saque nos canais disponibilizados pela Caixa.

Quem não fez nenhuma opção não recebe o **saque-aniversário**.

Sem o pedido específico, ele só poderá sacar o **FGTS** nas situações previstas em lei. Alguns exemplos são compra da casa própria, aposentadoria e demissão sem justa causa.

O trabalhador poderá sacar uma parcela de 5% a 50% do saldo, dependendo do valor que ele tem. Também tem direito a uma parcela adicional. Veja abaixo:

Um trabalhador que tenha R\$ 1.000 no **FGTS**, por exemplo, pode receber R\$ 400 de **saque-aniversário** mais R\$ 50 de parcela adicional, totalizando R\$ 450.

**Site:**

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/18/saque-aniversario-fgts-como-e-o-que-deve-mudar.htm>

# Lula recebe ao menos 60 pedidos de encontros bilaterais nos EUA

**Denise Rothenburg, Aline Brito**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mal desembarcou em Nova York e está sendo bastante solicitado para encontros bilaterais, marcando a volta do interesse dos estrangeiros pelo Brasil. A agenda não está totalmente fechada para a semana do chefe do Executivo nos Estados Unidos. Foram nada menos do que 60 pedidos, sendo 50 de chefes de Estado e de governo e 10 de representantes de organismos multilaterais. Lula chegou à cidade por volta das 22h do sábado, no horário local (23h em Brasília), vindo de Cuba, onde participou da cúpula dos líderes do grupo de países em desenvolvimento e China (G77 + China). Ontem, ele não saiu do hotel durante o dia devido à cirurgia de quadril que ele fará no fim deste mês.

O primeiro compromisso previsto nos Estados Unidos foi um encontro de pouco mais de três horas com empresários e executivos na noite de ontem. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi um dos poucos ministros da comitiva que participou da reunião de Lula com empresários e representantes de grandes fundos de investimento, como Blackrock, acompanhado do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Lá também estavam ainda os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na sequência, o mandatário participou de um jantar promovido pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), na filial norte-americana do badalado restaurante paulista Fasano. Amanhã, o presidente brasileiro fará o discurso de abertura da 78-Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O petista chegou a Nova York acompanhado de vários ministros, oito na comitiva oficial e cinco avulsos. Os encontros bilaterais começam hoje e a maioria dessas reuniões deve ocorrer no Lotte Palace Hotel, onde o presidente está hospedado.

Joe Biden

Outro destaque da agenda de Lula é o encontro com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na quarta-feira, quando será lançada a americana lançam a "Iniciativa Global Lu-la-Biden para o Avanço dos Direitos Trabalhistas na Economia do Século XXI", no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Biden sugeriu esse movimento, prontamente aceito por Lula, conforme contou o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, numa rápida conversa no lobby do hotel onde a comitiva brasileira está hospedada. "É preciso fortalecer a representação do trabalho para fazer frente ao que vemos hoje no mundo. Quanto mais forte é o mercado, mais forte tem que ser o contrapeso e quem pode colocar esse contrapeso é o estado", avaliou.

O ministro Luiz Marinho, representantes das centrais sindicais brasileiras e o assessor internacional de Lula, o ex-ministro Celso Amorim, estão animados com o encontro de Biden e Lula. "Será, sem dúvida, o ponto alto desta visita", disse Amorim. A avaliação de parte da comitiva sobre os discursos de Lula nas assembleias da ONU é que este será o nono, com gosto de retorno, depois de mais de 500 dias preso.

"Obviamente, é importante. Porém, uma iniciativa entre a maior potência capitalista do mundo e o Brasil para tratar das questões relativas ao emprego, é a primeira vez. Daí, a sua importância. "Vivemos uma precarização e fragilização geral do mercado de trabalho", afirmou Marinho ao Correio Braziliense/Estado de Minas, em Nova York.

Em paralelo aos encontros de Lula, Haddad tem a missão de atrair investidores para os "títulos verdes (green bonds)" que o Brasil pretende lançar num futuro próximo. Ontem, antes da reunião-jantar com CEOs de grandes fundos de investimentos no Fasano, Haddad se reuniu com o assessor especial da Fazenda Rafael Dubeux, que fez um "road show" para saber do interesse desses títulos para atração de capital.

"Rafael fez 36 reuniões, com cerca de 60 fundos de investimentos, falando das condições especialíssimas brasileiras em relação ao tema da sustentabilidade. Falou de macroeconomia, dos indicadores macroeconômicos, crescimento, marco fiscal, **reforma tributária**, uma série de coisas que melhoram o ambiente de negócios no Brasil e dão sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo", afirmou o ministro.

CONVITE A ZELENSKY

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, foi

convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um encontro bilateral durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. A informação é do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que integra brasileira. Segundo ele, o Itamaraty ofereceu a Zelensky duas possibilidades de agenda: hoje ou amanhã. O governo ucraniano ainda não deu resposta. Os dois nunca se reuniram a sós presencialmente, apenas chegaram a conversar por telefone em março. Quando esteve na Europa no primeiro semestre, Lula causou mal-estar ao também culpar a Ucrânia pela guerra com a Rússia.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/09/2023/p1>

# "É o governo que decide se quer produção local ou mais itens chineses"

**LUCAS AGRELA**

ENTREVISTA: Marcos Galperín, Empresário argentino; antes de fundar o Mercado Livre, passou pelo banco JPMorgan e pela petrolífera YPF

Cofundador do Mercado Livre ao lado de Stello Tolda e Hernan Kazah, Marcos Galperín é o único do trio que segue à frente da companhia, que completa 24 anos em 2023. Consolidada como a maior empresa de comércio eletrônico na América Latina, tendo o Brasil como principal mercado, a empresa teve faturamento de US\$ 10 bilhões no segundo trimestre deste ano e vale US\$ 71,93 bilhões na Bolsa. Em entrevista ao Estadão, Galperín diz que investe R\$ 19 bilhões (inclui tecnologia, logística e marketing) para ampliar a presença no País, especialmente no Nordeste, chama o caso da Americanas de fraude e defende isonomia de **impostos** para produtos nacionais e internacionais. "Cabe ao governo entender se quer fomentar mais o consumo de produtos chineses ou a fabricação local", diz. A seguir, os principais trechos da entrevista: Há uma grande discussão no governo sobre a taxaçaõ das compras internacionais.

O Mercado Livre também vende produtos de lojistas internacionais. Como o sr. vê essa questão?

Somos uma plataforma que opera em toda a América Latina.

Há distintas regulamentações em países como Chile ou México, que têm **impostos** muito baixos, e, por isso, um percentual muito alto das nossas vendas são de vendedores chineses. No México, isso é 15% do nosso volume. Temos um escritório na China. Aqui no Brasil, historicamente houve maior proteção aos fabricantes brasileiros. Temos fabricantes brasileiros vendendo produtos no Mercado Livre.

Agora, se os **impostos** (para produtos estrangeiros) caírem, teremos mais vendedores chineses.

Como marketplace, nos adaptamos às taxas impositivas que existem em cada país.

Cabe ao governo entender se quer fomentar mais o consumo de produtos chineses ou a fabricação local. Acreditamos que deva existir uma base de isonomia de **impostos**. Na hora em que o imposto vai a zero e

vem só o ICMS de 17%, fica uma vantagem para os internacionais.

Se não houver isonomia, o Mercado Livre vai trabalhar com fornecedores de fora para servir o mercado.

Como a **reforma tributária** e o início da trajetória de queda de juros prevista pelo Banco Central afetam o negócio do Mercado Livre?

Com a baixa da Selic, o impacto será positivo para o consumo em geral e isso ajudará no crescimento do varejo online.

Mas estamos com taxas de crescimento muito saudáveis.

Na **reforma tributária**, defendemos uma simplificação para gerar mais empreendedorismo, mais negócios.

A disputa por galpões logísticos aumentou nos últimos anos. Como a empresa vem lidando com o aumento de custos de aluguéis?

Neste ano, estamos investindo R\$ 19 bilhões, e uma parte importante disso vai para armazenamento e operação logística.

Estamos anunciando dois novos centros de distribuição, um no Recife e outro no Rio, com quase mil novos postos de trabalho.

Também investimos na Bahia.

Estamos crescendo muito no Brasil, foram 30% no primeiro semestre ante igual período no ano passado, temos boa rentabilidade e fazemos cada vez mais investimentos, mantendo crescimento acima do mercado de e-commerce. O Mercado Pago também cresce muito rápido.

O poder do nosso ecossistema joga a nosso favor.

O volume geral superou US\$ 10 bilhões no segundo trimestre, um recorde. O crescimento foi puxado ppr Brasil e México, que ultrapassou a Argentina como segundo maior mercado da companhia no mundo.

O México tem potencial para se tornar mais relevante do que o Brasil?

O Brasil é o nosso principal país há mais de 10 anos. O México passou a Argentina há algum tempo. A Argentina tem um tipo de câmbio diferente. Se usamos o paralelo, o tamanho dela é bem maior do que pelo câmbio oficial. Mas o México tem quase duas vezes mais vendas diárias do que a Argentina.

A situação econômica da Argentina tem a ver com a perda da segunda posição na importância de países para a empresa?

Estamos na América Latina há 24 anos, e olhamos para todos os países, particularmente para a Argentina, e o Mercado Livre sempre cresceu. Nós fazemos a democratização do varejo e dos serviços financeiros. Com toda a volatilidade econômica, muitas pessoas não têm acesso a serviços financeiros. Com o nosso custo bem mais baixo do que o do mercado, podemos dar a elas o acesso a esses serviços. Obviamente, preferimos países com a economia estável, desenvolvida e em crescimento. Mas a verdade é que vimos de tudo nessas mais de duas décadas e seguimos evoluindo muito bem.

O Mercado Pago é uma das principais áreas da empresa, com US\$ 42 bilhões em pagamentos processados no segundo trimestre. Como a empresa planeja avançar no Brasil e como o Pix afeta essa estratégia?

O Mercado Pago tem ido muito bem, seja para pagamentos online ou offline, nos pontos de venda.

O uso de pagamentos entre amigos e serviços públicos tem crescido muito, assim como empréstimos, cartões de crédito e seguros. Nosso sortimento de produtos hoje é o de um banco completo. O Pix tem impacto principalmente no uso do dinheiro, que foi reduzido, e no uso do cartão de débito.

O caso da Americanas assustou o mercado no começo do ano. O Mercado Livre mudou algo na operação depois que a história veio à tona?

Esse foi um caso atípico. Foi uma fraude. Temos os controles que sempre tivemos e estamos muito tranquilos por não usar nenhuma das práticas que eles usavam.

"Estamos crescendo muito no Brasil, foram 30% no primeiro semestre ante igual período no ano passado, temos boa rentabilidade e fazemos cada vez mais investimentos, mantendo crescimento acima do mercado de e-commerce." Marcos Galperín

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Tribunais de contas defendem ajuste em reforma tributária

**Marta Watanabe**

Os Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs) de São Paulo e do Rio de Janeiro devem entregar ao Senado nesta segunda, dia 18, proposta conjunta na qual pedem mudanças em dois temas do texto da **reforma tributária** sobre consumo. A proposta quer garantir a Estados e municípios a definição de alíquotas do imposto que lhes caberá para as atividades que terão regimes específicos de tributação. Essas atividades, defendem, irão corresponder a 20% da base dos novos **tributos** que serão criados a partir da reforma. Os tribunais pedem também que Estados e municípios tenham autonomia para regular o cashback relacionado à parte da arrecadação do novo imposto subnacional que lhes será destinada com a reforma.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, aprovada em julho na Câmara dos Deputados e que agora espera aprovação no Senado, estabelece a substituição dos federais IPI, PIS e Cofins, do estadual ICMS e do ISS municipal. No lugar desses **tributos** entrarão a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional, de Estados e municípios. Os dois novos **tributos** deverão ser cobrados no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com legislação nacional, cobrança não cumulativa e no destino. Também deve ser criado o Imposto Seletivo (IS), a ser recolhido sobre bens e serviços com externalidades negativas, como fumo e tabaco.

Philippe Duchateau, assessor de controle externo do TCM de São Paulo, explica que a proposta dos tribunais foi elaborada e será encaminhada de forma independente das prefeituras dos respectivos municípios, mas alinha-se à atual preocupação dos prefeitos para não perder autonomia na gestão da receita tributária.

Ex-secretário de Fazenda do município de São Paulo, Duchateau diz que o tribunais de contas são órgãos técnicos e consideram bem-vinda a modernização do sistema tributário proposta pela PEC 45. Por isso, diz, a proposta toca em duas questões pontuais que buscam minimizar "efeitos indesejáveis" do modelo escolhido.

Duchateau lembra que com a reforma Estados e

municípios ficarão, com o IBS, bem mais limitados para decidir alíquotas comparando-se com a maior liberdade que existe hoje, respectivamente, para o ICMS e para o ISS.

No modelo proposto, o instrumento de maior autonomia que Estados e prefeituras terão é a definição da alíquota do respectivo IBS, elevando ou reduzindo o imposto em relação à alíquota padrão. A alíquota deverá ser única no Estado ou município, sem diferenciação por atividade, explica. O texto atual da reforma também estabelece, diz, os setores favorecidos - que ficarão livres de incidência do IBS ou terão alíquota reduzida - e também as atividades que ficarão sob os chamados "regimes específicos de tributação".

A proposta dos tribunais de contas foca nos bens e serviços que estão nos regimes específicos de tributação. Pelo que foi debatido na Câmara, os regimes específicos não necessariamente terão tratamento mais favorecido, com redução de carga tributária, mas terão modelos específicos para recolhimento do IBS em razão da peculiaridade das atividades. São os segmentos de combustível para veículos, óleo lubrificante, serviço bancário, seguro de veículo, planos de saúde, jogos de azar, hospedagem, alimentação fora do domicílio e passagem aérea.

Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, diz Duchateau, essas atividades poderão não ficar sujeitas às alíquotas definidas por Estados e municípios para seu respectivo IBS. Se mantido o texto atual, diz ele, o produto da arrecadação do IBS de Estados e municípios nesses setores seria determinado, portanto, pelo Congresso.

Segundo ele, esses setores correspondem a 20% da composição atual do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como a composição considera o padrão de consumo captado na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, diz, é como se os Estados e municípios não pudessem decidir sobre a alíquota de 20% da base tributária do novo imposto que terão. "Se houver alguma necessidade de majoração de alíquotas em algum Estado ou cidade, os 80% de bens e serviços restantes terão alíquota do IBS elevada de forma mais acentuada do que seria se todas as atividades estivessem sob gestão deles. Não vemos argumentos que justifiquem as alíquotas

desses regimes específicos serem definidas em âmbito nacional", diz.

Os tribunais também pedem que o mecanismo do cashback, de devolução de parte do IBS para a população, possa ter critérios estabelecidos por Estados e municípios na parte da receita que lhes caberá do novo tributo.

O que se debateu até agora, explica, é que o cashback será regulado por lei complementar. Mas se isso for estabelecido em âmbito nacional dessa forma, diz, será mais um vetor de centralização que afetará a capacidade de gestão dos Estados e municípios. O Brasil, diz, é um "país continental", com grande heterogeneidade de condições socioeconômicas. "Estabelecer de forma nacional a seleção dos **impostos** a serem devolvidos, os valores da devolução e a delimitação do público-alvo a ser beneficiado não é a melhor forma de lidar com essas diferenças", afirma a proposta dos tribunais.

Segundo Duchateau, um tratamento mais uniforme em todo o território nacional pode ser garantido por meio do cashback da CBS, que ficará sob administração da União. Já a devolução do IBS, defende, deve ser devolvido conforme as condições fiscais de cada ente regional e considerando eventuais políticas públicas de transferência de renda existentes no Estado ou município.

"Cashback do IBS deve ser definido conforme condições locais" Philippe Duchateau

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Problema do Conselho Federativo pode ser diferente do que se fala

*Lu Aiko Otta*

Alvo da desconfiança dos senadores por potencialmente atentar contra o pacto federativo e também por esvaziar as competências daquela casa legislativa, o Conselho Federativo proposto na **reforma tributária** pode trazer problemas diferentes desses. Pelo menos, esse foi o quadro que emergiu da audiência pública realizada na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira (13), quando o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou para outros riscos envolvidos nesse ponto da proposta.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, em análise no Senado, funde o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), de competência municipal, formando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). As regras, que hoje são dadas por cada Estado e cada município, serão uniformizadas.

Além de unificar as bases de arrecadação e as regras, a reforma estabelece que o IBS será devido no local de consumo (destino), e não no local onde está o fornecedor. Essa é uma das principais razões da criação do Conselho Federativo. É ele que vai arrecadar o IBS e enviar os recursos aos Estados e municípios, organizando o fluxo de receitas para os mais de 5 mil entes sub-nacionais envolvidos.

O problema é que, para que o IBS funcione com as mesmas regras em todo o país, Estados e municípios não poderão mais fazer alterações isoladamente. É nesse ponto que está uma das principais críticas ao Conselho Federativo: o de atentar contra a autonomia de Estados e municípios para administrar seus **tributos**.

Especialistas ouvidos na audiência pública não apoiaram essa tese. O doutor em direito Carlos Ari Sundfeld afirmou que a PEC 45 "não viola nenhum limite constitucional ao poder de emenda e, muito especialmente, à forma federativa de Estado".

Segundo ele, pela proposta, Estados e municípios estão "perdendo a capacidade de fazer autonomamente a legislação" do novo tributo. "Mas isso é perfeitamente compatível com o nosso modelo constitucional, originário da Constituição de 1988."

O Conselho Federativo será um ente de competências exclusivamente administrativas, disse. As normas do IBS estarão parte na Constituição, parte em lei complementar a ser discutida posteriormente pelo Congresso.

Esse foi o entendimento também de um grupo de trabalho do TCU formado por especialistas em direito e economia, afirmou o auditor Eduardo Fávero. Ele disse que foram avaliados vários estudos sobre o tema e não foram encontradas evidências de que o conselho atente contra o pacto federativo.

No entanto, o TCU apontou outros problemas. Por exemplo, avaliou que está muito aberta a redação da PEC quando fala sobre o controle externo do Conselho Federativo. A PEC, segundo Fávero, diz que será exercido pelos legislativos estaduais e municipais, com auxílio dos tribunais de conta.

O risco de ficarem retidos no conselho as receitas de Estados e municípios ou os créditos a receber de contribuintes, outro ponto levantado por críticos, foi considerado "baixo" pelo TCU. Isso porque a divisão dos recursos será dada por um algoritmo a ser criado a partir da lei complementar (que será discutida após a reforma).

Há um risco "baixo a médio" de haver desincentivo à fiscalização do recolhimento do IBS, apontou o TCU. Isso pode ocorrer quando o consumidor estiver em Estado ou município diferente daquele onde o tributo é lançado e cobrado. Será necessário fazer uma coordenação da atuação dos fiscais, papel que também caberá ao conselho.

Outro risco apontado pelo TCU é o de haver desalinhamento nas normas infralegais. As atuações do conselho, Receita e Procuradoria-geral da Fazenda Nacional precisarão ser uniformes, destacou.

Outra questão levantada pelo TCU é o destino dos servidores de Estados e municípios alocados em contenciosos. Essas mesmas funções serão exercidas no conselho. No entanto, é provável que não haja necessidade de alocar todos, comentou.

A simplificação proposta na PEC 45 deverá reduzir o número de contenciosos, disse o auditor do TCU. No

entanto, há o risco de a Justiça decidir de forma diferente nas causas movidas pelos contribuintes. Assim, será necessário atuar via Superior Tribunal de Justiça ou outro foro para harmonizar a jurisprudência.

O Conselho Federativo é decorrência das opções estruturantes tomadas na PEC 45 para desenhar o novo modelo tributário, afirmou o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** Manoel Procópio de Moura Júnior. Hoje, explicou, Estados e municípios disputam a mesma base de tributação, em longas discussões se um item é produto (portanto, deve ser tributado pelo Estado) ou serviço (deve ser tributado pelos municípios).

A PEC transforma essa base disputada em uma só, a ser compartilhada entre Estados e municípios. O que deixa a pergunta sobre quem administrará esse tributo. Não é possível, disse ele, a posição de um ente federativo prevalecer sobre a de outro. Assim, a solução é uma gestão conjunta, o que será feito por meio do conselho.

Consultora sênior do Banco Mundial e ex-secretária de Fazenda de Goiás, Cristiane Schmidt sugeriu que a palavra "conselho" seja trocado para "agência", que reflete melhor o papel administrativo que terá.

O relator da PEC 45 no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), comentou que "como senador" tem dúvidas sobre o Conselho Federativo, mas que ainda formará posição como relator. Ele se disse surpreso com o fato de a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apoiar sua criação.

Braga tem defendido que o Conselho Federativo funcione nos moldes do comitê gestor do Simples Nacional. Esse comitê organiza a distribuição dos **tributos** recolhidos no sistema simplificado para micro e pequenas empresas.

No caso do Simples, o comitê gestor é dominado pela União. No caso do Conselho Federativo, a governança é uma questão em aberto e um dos centros do debate no Senado. Braga já deu sinais de que pretende rever o desenho aprovado na Câmara, que deu mais poder aos Estados mais populosos.

É uma questão delicada para a qual será necessário encontrar uma solução sólida. O Conselho Federativo é ponto central das preocupações do setor produtivo porque, no limite, pode determinar se a **reforma tributária** rodará ou não.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Reforma tributária passa até 15 de outubro, diz líder

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou neste domingo (17) que a **Reforma Tributária** deve passar pelo Senado até dia 15 de outubro. Até esse prazo, o texto deve ser votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e no plenário. Wagner acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante viagem a Nova York (EUA) para participar da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O senador afirmou que o relator ainda está trabalhando no texto. "Várias coisas podem dar dor de cabeça. A Câmara aprovou numa certa rapidez", disse a jornalistas, ressaltando que há muitas reclamações de setores.

Sobre a pressão para que as novas alíquotas de imposto sejam incluídas na PEC (proposta de emenda à Constituição), Wagner afirmou que a ideia é absurda. "Estamos com um mau hábito no Brasil de achar que para algo funcionar, precisa estar na Constituição." O líder do governo também disse que a proposta não deve ser fatiada. A ideia vem sendo levantada por parlamentares como uma opção para facilitar a aprovação de pontos que enfrentam menor resistência.

Em evento com os principais empresários do país antes de viajar na comitiva presidencial de Lula que vai a Nova York neste mês, o ministro Fernando

Haddad (Fazenda) já havia dito que acredita que o cronograma de votação será cumprido até o próximo mês. "Precisa gostar muito de risco para investir no Brasil. Quando converso com fundos estrangeiros, eles não querem saber quando as contas públicas vão estar ajustadas. Querem saber: tem gente séria pilotando a economia para que a trajetória seja consistente? Sim. Tem sistema tributário cristalino, transparente e justo? Sim. Tem vantagens competitivas em relação a seus concorrentes? Sim", afirmou o ministro da Fazenda.

Um dos pontos do qual mais se vangloriou foi o texto da **reforma tributária** que, segundo ele, ninguém acreditava ficar pronto no primeiro semestre de 2023. Esta foi outra fonte de elogios na relação com o Congresso Nacional.

Haddad citou a necessidade de falar "não" a alguns

pedidos, o que pode ser um problema nas negociações com o Congresso Nacional e empresários. Para compensar, despejou elogios na atuação de deputados, senadores e no diálogo com setores da economia nacional.

"O que nos cabe é vigiar. Ver qual ministro teve uma grande ideia, o que o Judiciário está decidindo, quais as grandes questões. o que o Congresso está aprovando. Tem de haver vigilância para que a disciplina fiscal seja natural no país. Temos de ser o chato que diz não, que não deixa, que bate na mesa. É a tarefa", afirmou Haddad.

Além disso, o ministro adotou um discurso otimista e lembrou todo o caminho percorrido desde sua nomeação. Também considerou inadmissível o índice de crescimento brasileiro de 2022, de 2,9% do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto a média mundial foi de 3,4%.

EMPRESÁRIOS Wagner acompanhou o presidente em um encontro com empresários. O jantar deste domingo (17), oferecido pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). também teve a presença do líder da entidade, Josué Gomes da Silva e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Lula chegou ao hotel em Nova York por volta das 23h no horário local. Um grupo de apoia-dores o aguardava, cantando músicas e acompanhado por uma pequena bateria.

O presidente não teve agendas além do encontro com empresários. Até agora, o único encontro bilateral confirmado do petista é uma reunião com o presidente americano, Joe Biden, na quarta-feira (20). Depois, os dois líderes participam de um evento para lançar uma iniciativa sobre trabalho decente no século 21.

Existe um pedido informal de encontro entre Lula e o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski. Segundo Wagner, o governo brasileiro ofereceu duas opções de data, mas ainda não há confirmação.

Os dois têm uma relação turbulenta. Às margens do G7, no início do ano, houve uma tentativa de encontro, mas que acabou frustrada. Cada lado culpa o outro.

A equipe de política externa do governo diz que há mais de 50 pedidos de encontros bilaterais e participação em eventos para Lula às margens da ONU. Segundo Wagner, é um "problema bom", mas delicado, para evitar que uma eventual recusa seja mal interpretada.

Lula abre o debate de alto nível do encontro anual das Nações Unidas na terça-feira (19). Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro a falar. (Folhapress)

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner.- texto segue com o relator

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/18-setembro-2023/1o-caderno>

# Incentivos fiscais na Amazônia beneficiaram mineração e petróleo

Incentivos fiscais dados pelo governo para as regiões Norte e Nordeste, onde se concentra a Amazônia ilegal brasileira, beneficiaram principalmente atividades com grande potencial de impacto sobre o meio ambiente.

Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) com base em dados da Receita de 2021 mostra que mais da metade dos valores de renúncia concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi direcionada para empresas que atuam em mineração, energia e petróleo.

"Os privilégios fiscais reforçam o padrão de exploração de recursos naturais concentrados nas regiões Norte e Nordeste, em especial na Amazônia brasileira", diz o levantamento. No total, dos R\$ 42,3 bilhões em isenção distribuídos, R\$ 22 bilhões (54%) foram direcionados para três os setores. O levantamento aponta que, de 2010 a 2022, das cinco atividades econômicas mais contempladas com projetos aprovados pela Sudam, está a infraestrutura (onde entram projetos de energia e gás), minerais e químicos (que inclui a produção de petróleo e seus derivados).

## EMPRESAS MULTADAS

levantamento da reportagem com base em dados da Receita mostrou que os incentivos fiscais do governo federal beneficiaram 1.112 empresas multadas pelo Ibama entre 2021 e 2022.

Essas companhias receberam um total de mais de R\$ 84 bilhões em benefícios, enquanto o valor das multas ultrapassa R\$ 2 bilhões. Os incentivos constam da base de dados da Receita de 2021 e incluem programas como Prouni, Sudam e Pronac, além de benefícios em dispositivos que serão extintos pela **Reforma Tributária** em discussão no Congresso, como ICMS, IPI, PIS Cofins.

Já as multas são referentes aos valores indicados no auto de infração. Fazem parte do levantamento as punições que foram pagas e os casos em que a empresa autuada apresentou recurso. Ficaram de fora penas que foram anuladas ou nas quais o suposto infrator venceu a causa na Justiça. (Folhapress)

**Site: <https://opopular.com.br/digital/18-setembro-2023/1o-caderno>**

# "Reforma tributária tira autonomia dos governadores"

**DIVO ARAÚJO**

RAIO-X

Atual governador de Goiás, Ronaldo Ramos Caiado é médico e produtor rural. Também por Goiás, foi eleito senador e deputado federal por cinco mandatos. Entre 1986 e 1989, presidiu a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que defendia os interesses dos produtores rurais. Em 1989, Caiado chegou a concorrer à Presidência da República, mas obteve menos de 1% dos votos.

ENTREVISTA Ronaldo Caiado, governador de Goiás

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil) esteve na semana passada no Senado Federal para mais um round na sua luta contra a **Reforma Tributária** que, assegura ele, tira a prerrogativa dos governadores de administrar as arrecadações dos estados e vai concentrar ainda mais recursos nas regiões mais ricas do país, o Sul e Sudeste.

"Os senadores estão vendo tamanhas aberrações nesse Proposta de Emenda à Constituição que estou muito mais otimista e esperançoso de que ela não irá adiante", afirmou Caiado nesta entrevista exclusiva ao Grupo A TARDE. Além da **Reforma Tributária**, o governador falou também na conversa sobre Reforma Administrativa, agronegócio, preservação ambiental e na vontade de concorrer às eleições presidenciais em 2024.

O senhor é um dos principais opositores da proposta de **Reforma Tributária** que tramita agora no Senado. Quais são os pontos mais problemáticos da reforma para os estados?

Todos os estados que estão no processo de avanço na industrialização serão duramente penalizados. Tanto no Nordeste, como no Centro-Oeste, nós temos uma política de fazer com que o emprego chegue com qualidade. No momento em que você tem uma **Reforma Tributária** fazendo o caminho contrário, isso mostra o quanto o governo federal está errando. A **Reforma Tributária** apresentada na Câmara de Deputados não foi sequer apreciada e discutida. Mas hoje já me animo a dizer que o cenário mudou no Senado Federal. Os senadores estão vendo tamanhas aberrações nesse Projeto de Emenda à Constituição

que estou muito mais otimista e esperançoso de que ele não irá adiante. A realidade brasileira tem que ser tratada com as suas peculiaridades. Um imposto com alíquota que vai ultrapassar 30% é totalmente irreal para estados como os nossos que estão em processo de industrialização. Ao mesmo tempo, concentrar a arrecadação nos estados mais populosos - ou seja, onde se compra - é lógico que nossas regiões serão duramente penalizadas. No Brasil, heterogêneo como é, nós precisamos ter alíquotas variadas. Precisamos também manter a autonomia dos governadores para que possam implantar as suas políticas de desenvolvimento e, dessa forma, as oportunidades que hoje têm o Sul e o Sudeste, também cheguem às nossas regiões.

O senhor então está otimista com a possibilidade do Senado revisar o texto da Reforma?

Estou muito otimista. Ontem (dia 13 último) participei de um debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e discuti o tema também no plenário. E como lá é a Casa que representa a voz dos governadores, percebi claramente a inquietação que está tomando a grande maioria dos senadores diante dos dados que levantamos, mostrando a truculência da concentração de poderes junto a um Conselho Federativo, que é uma completa anomalia. É um processo de desrespeito aos entes federados, rompendo cláusula pétrea da Constituição. Nós, governadores, temos o direito a autonomia para administrar as nossas arrecadações, como também os nossos projetos de governo. Não cabe a um colegiado burocrático substituir quem foi eleito pelo voto. Esses são pontos que nós não só identificamos como também mostramos alternativas, já que o Brasil se assemelha muito mais com os Estados Unidos. E lá, cada estado tem seu IVA (Imposto sobre o Valor Agregado criado pela **Reforma Tributária**, cuja taxa deve variar entre 20,03% e 30,7%). É preciso que aqui também cada estado tenha autonomia para determinar a maneira que deve tributar, sem que haja um engessamento do governo determinar que o IVA na Bahia tem que ser 30% e tem que ser 30% também no Amapá, no Rio Grande do Sul, em Goiás. Cada região com as suas características.

Aí a gente entra em outro ponto, governador, que é uma preocupação também aqui na Bahia que são os incentivos fiscais que atraíram, por exemplo, a chinesa

BYD para Camaçari. Como o senhor vê o fim dos incentivos?

Nós sabemos muito bem que a política de incentivos fiscais é fundamental para combater as desigualdades regionais. Elas foram criadas para que as indústrias se sintam atraídas a se instalar em nossas regiões. Mas o texto da **Reforma Tributária** proíbe toda a política de incentivo fiscal. E você não sabe do mais grave. Tem um artigo dessa PEC que diz o seguinte: "Aprovada a PEC, nenhum governador e nenhum prefeito pode se atrever a implantar qualquer programa de incentivo fiscal, a menos que aprove uma emenda à Constituição brasileira". De uma forma bem direta, eles acabam com todas as prerrogativas dos governadores. Nós vamos ser simplesmente tutelados por um Conselho Federativo e por um artigo de emenda à Constituição. Teremos que nos submeter a uma emenda à Constituição, que logicamente não será aprovada. Porque no Congresso temos representantes dos 5.568 municípios e dos 26 estados e do Distrito Federal. E ninguém vai dar prioridade para o interesse de um Estado que deseja implantar uma nova política. Isso torna-se uma barreira intransponível para nós governadores querermos amanhã buscar uma alternativa para industrializar nossos estados. O senador Otto Alencar (PSD) usou uma frase muito interessante antes de iniciar o debate na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele disse: "O que os governadores fazem com a política de incentivos fiscais é exatamente comprar empregos". É verdade. Nós estamos comprando emprego. Nós estamos abrindo mão de arrecadação para que possamos dar emprego à população.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), já afirmou que pretende colocar a reforma para votação até outubro. O senhor considera que é tempo suficiente para se discutir todas essas questões?

Rodrigo Pacheco é um senador extremamente preparado e, além de tudo, ele é mineiro. Como todos nós, com certeza ele tem também um orgulho enorme de Juscelino Kubitschek. E ele não vai querer desconstruir tudo que Juscelino Kubitschek fez. De levar desenvolvimento para regiões mais carentes e que precisavam de mais infraestrutura. Vendo hoje o trabalho que está sendo feito pelos governadores e pelos prefeitos acredito que essa reforma vai entrar num processo de stand-by. Ela vai entrar num processo de espera porque nem os dados oficiais, da **Receita Federal** e do Ministério da Fazenda, haviam sido repassados ao Senado. E, quando nós tivermos os dados oficiais, aí que os senadores vão ficar mais ainda preocupados e cautelosos em votar de forma açodada, como Câmara dos Deputados votou sem ter discutido e analisado, até porque não tinha texto. O que aconteceu na Câmara foi algo inédito. Fui

deputado durante vários mandatos e nunca vi nada parecido com aquilo. Como é que você vota uma emenda à Constituição, de um assunto tão grave como esse, que atinge toda a população brasileira, numa emenda aglutinativa encaminhada dez minutos antes da votação. Eu acredito que nem o relator sabia o que estava ali.

Muito menos os deputados. Mas agora tem texto, chegou ao Senado e as pessoas estão descobrindo todas as armadilhas que foram ali montadas para concentrar todos esses poderes e beneficiar as grandes exportadoras, os grandes oligopólios.

Falando de outra reforma, a Administrativa, que voltou à tona nas últimas semanas, sobretudo pela mobilização do presidente da Câmara, Arthur Lira. O senhor é a favor desta reforma? Considera possível vencer a pressão do funcionalismo público?

A Reforma Administrativa precisa ser encarada com a mesma coragem que nós encaramos a Reforma da Previdência. Certo. Não tem saída. O cidadão não aguenta mais o Estado enfiar a mão no bolso dele todo dia, aumentando carga tributária. O que não pode é exatamente todo dia você receber do Congresso reajuste salarial de piso de cada profissão sem a fonte que vai compensar aquele aumento do salário dado a milhares de servidores. Não dá mais para o Congresso continuar legislando para que prefeitos e governadores tenham que arcar com os gestos de benevolência. Que eles apresentem a fonte que será responsável por arcar com essas despesas. Sempre defendi que a Reforma Administrativa deveria anteceder a **Reforma Tributária**. Assim, nós teríamos primeiro todo um processo de enxugamento, de contenção de gastos. Com uma reforma em que o governo federal estaria dando bom exemplo. Com isso, estados e municípios fariam sua parte também. E só depois discutir uma **Reforma Tributária**.

Falando um pouco sobre o agronegócio, o governo brasileiro vem sabendo lidar com as ameaças de sanções de outros países, sobretudo da União Europeia, aos produtos agrícolas brasileiros em razão das questões ambientais?

O Brasil tem 20 anos tentando fazer um acordo comercial com a União Europeia e ela sempre adiando esse acordo. Sempre fazendo uma exigência a mais, colocando mais barreiras à nossa produção. Se você imaginar, há 30 anos produzíamos em torno de 60 milhões de toneladas de grãos. Hoje estamos ultrapassando 500 milhões de toneladas de grãos. É um crescimento em escala exponencial jamais vista em nenhum país do mundo. E temos potencial para muito mais ainda. Você vê a tecnologia no oeste da Bahia, na região Centro-Oeste do país, em outras

regiões do cerrado. É algo que os europeus não conseguem acompanhar. Isso só foi conseguido com muita tecnologia, com muita pesquisa para nós fazermos nossas terras do cerrado poderem produzir o volume que se produz hoje. E nós preservamos todos os nossos biomas. Somos o único país que tem todos os seus biomas preservados. O que não dá é tentarem colocar o Brasil como vilão, sendo que nós somos vítimas. Principalmente dos europeus, dos Estados Unidos e de grande parte Ásia que destruíram todos os recursos naturais deles. Acabaram com tudo. Você não vê lá mata ciliar, reserva florestal. Enfim, você não vê nenhuma dessas exigências que nós temos. E eles tentam demonizar o Brasil a todo momento.

O governo Lula lançou recentemente o Plano Safra, considerado o maior da história. Isso será suficiente para pacificar a relação do setor agro com o governo Lula e o PT?

Eu comecei essa luta no Brasil em 1986. Eu sou médico, mas sempre me orgulhei de ser produtor rural. Naquele ano, levantei o movimento ruralista no Brasil chamado UDR (União Democrática Ruralista). Tive a oportunidade de estar na Bahia e em outros estados para mostrar que o governo na época queria a estatização das terras brasileiras, tirando o direito de propriedade. Nós saímos Brasil a fora, tinha 36 anos na época. E aí você vê que coincidência: numa grande reunião em Feira de Santana, eu acabei conhecendo Gracinha e casando com ela. Então, desse movimento acabei casando com uma baiana e hoje tenho duas filhas. Mas digo a você que, naquela época, ninguém tinha coragem de defender o produtor rural. Tudo que era imagem pejorativa era vinculada ao produtor rural. E naquele momento existia uma postura muito ácida por parte do PT com o setor rural. Isso continuou no governo deles. Mas Plano Safra do governo para 2023 e 2024 mostra que realmente o presidente Lula tem conhecimento da importância do setor. Ao mesmo tempo, ele sinaliza com a abertura do diálogo. Agora, o que se precisa também é mostrar que não se pode invadir propriedade. Ninguém tem essa prerrogativa. Aqui no meu estado não tem nenhum caso de invasão de terra e nem de ocupação de beira de estrada. Por quê? Se cumpre a lei. Não é porque vai atender a A ou B que a lei deve ser flexibilizada. A propriedade não pode ser invadida. Se amanhã sofrer um processo de desapropriação e realmente ele foi desapropriado, tudo bem. Agora, não é um cidadão ou uma associação que vai escolher aquela propriedade e invadir. Qual é a segurança jurídica para se investir num país onde, dependendo do humor e da vontade de uma pessoa, vai lá destruir o patrimônio.

Falando um pouco de política, o senhor foi o governador mais bem avaliado do país, segundo o Instituto Paraná, com 76,6% de aprovação dos

eleitores da capital goiana. Esse índice de aprovação o cacifa para disputar a presidência?

E sou muito direto nas coisas e tenho uma história longa de vida. Todos os nomes serão colocados à disposição dos seus partidos. Ninguém é candidato de si mesmo. Você é candidato de uma sigla partidária, de uma composição política. Os nomes surgirão no processo de 2026, mas é lógico que sem dúvida alguma apresentarei o meu nome ao partido para que a discussão seja feita dentro do colegiado. A partir daí, tendo o aval e a capacidade de aglutinar tendências, por que não debater o Brasil? Agora, não vou de maneira nenhuma adular, atropelar os períodos que nós temos de uma eleição municipal. Essa avaliação de aprovação é um sinal de que o nosso governo tem que mostrar.

Governador, para concluir, o ex-presidente Bolsonaro além de estar inelegível será alvo de uma delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Com tudo isso, o senhor considera que ele continua sendo um excelente cabo eleitoral? Chegou o momento da direita democrática assumir o protagonismo em relação à extrema direita?

Neste momento, Bolsonaro está inelegível até 2030. Mas não se pode tirar dele a capacidade de mobilização e do prestígio que tem junto a uma grande parcela da população. Em relação a qual deve ser o perfil do candidato. Cada um tem o seu perfil, seu estilo. Eu, modéstia à parte, tenho o meu estilo. Qual é o meu estilo? É o estilo "caiadista". É aquilo que eu escrevi a minha vida toda. Eu sou um homem que fui deputado, senador, governador do estado. As pessoas sabem como eu me comporto e a população hoje é muito bem informada. Mas tendo a oportunidade de chegar lá eu terei que mostrar, porque, como disse, tenho uma história de vida e realmente nunca decepcionei os meus eleitores. Você nunca me viu envolvido em nenhum escândalo e nada que pudesse denegrir a minha trajetória de vida.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_EBA1974A26DA99DA2506CA3C7887304CF50B1048521945043B49AFF96708A9D5327F7872AB6ADF926F4B838835AB3A23A49AB31C55D5B2A56709AD65D2501FE1687C643F6B09FAFE3DB80321ABB8619B39FE7445C9E9D9E9B991F93BF59D072D025CB9323BE125991B7B8F3615BBAE123D05BA89317AF460B109C](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_EBA1974A26DA99DA2506CA3C7887304CF50B1048521945043B49AFF96708A9D5327F7872AB6ADF926F4B838835AB3A23A49AB31C55D5B2A56709AD65D2501FE1687C643F6B09FAFE3DB80321ABB8619B39FE7445C9E9D9E9B991F93BF59D072D025CB9323BE125991B7B8F3615BBAE123D05BA89317AF460B109C)

# Reforma Tributária traz avanços ambientais, mas são insuficientes, afirmam especialistas (Reforma tributária)

**Julia Chaib**

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados propõe avanços na preservação do meio ambiente, mas ainda demanda melhorias e regulamentação, apontam especialistas e integrantes de organizações que acompanham o tema.

O texto deixa uma série de brechas para que empresas que desmatam e poluem recebam isenções fiscais sem levar em conta esse critério, segundo os especialistas. Para eles, a proposta não traz mecanismos para taxar atividades de alto impacto, como combustíveis fósseis, nem prevê benefícios para as de baixo impacto.

Uma das preocupações apontadas por ambientalistas durante a tramitação do texto na Câmara era garantir a correta tributação dessas companhias. Eles dizem ter havido alguma evolução com a criação de um imposto seletivo.

Esse tributo prevê a taxação da produção, comercialização ou importação de produtos que são nocivos à saúde e ao meio ambiente. Ele substituirá parte da arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

O problema é que, de última hora, foram incluídas exceções à regra que podem livrar de tributação, por exemplo, companhias ligadas à agropecuária, que produzem agrotóxicos.

As exceções preveem que determinados produtos terão isenções nas cobranças de alíquotas entre 100% e 60%.

Um trecho do texto prevê essa ressalva a "insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal". Para ambientalistas, isso pode abrir brecha para que empresas que produzem agrotóxicos sejam beneficiadas.

Em outra frente, representantes desses setores também atuaram para garantir que houvesse uma revisão na forma de concessão dos benefícios

tributários. A Folha mostrou que 1.112 empresas multadas em R\$ 2 bilhões pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) nos últimos dez anos receberam isenções de R\$ 84,2 bilhões só em 2021.

Quase 400 empresas foram contempladas com R\$ 12 bilhões em isenções de PIS e Cofins, **tributos** que deverão ser extintos pela reforma.

A maior parte dos benefícios se refere a isenções no Imposto de Renda, que será alvo de uma próxima etapa de **reforma tributária**, segundo o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Especialistas apontam que ainda não está claro como serão os benefícios ligados ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O texto aprovado pelos deputados em 7 de julho incluiu o meio ambiente em ao menos quatro passagens. Um deles o coloca como diretriz das mudanças relacionadas aos **impostos** de forma genérica.

"O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária e do equilíbrio e da defesa do meio ambiente", diz o texto.

Outro trecho da reforma prevê que a concessão dos incentivos tributários "considerará critérios de preservação do meio ambiente".

O tópico pode provocar alteração de benefícios como os concedidos pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e pela Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), mas a regulamentação do tema ficou para um segundo momento, por meio de lei complementar.

Especialistas avaliam que esses incentivos são considerados prioritários por empresários e por parlamentares e vêm sendo renovados desde 2001.

O Manifesto pela **Reforma Tributária 3S** (Saudável,

Sustentável e Solidária), assinado por uma série de entidades, entre elas o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e a Oxfam (confederação que reúne 19 organizações no mundo e atua em projetos de combate à pobreza), avalia que houve avanços com a **Reforma Tributária**, mas aponta lacunas no texto aprovado pelos deputados. A reforma encontra-se agora em tramitação no Senado.

O manifesto considera que a exceção incluída pela Câmara "é uma brecha para que produtos ultraprocessados e agrotóxicos, por exemplo, escapem de tributação específica que visa, justamente, à redução de seu consumo".

"O imposto seletivo é uma vitória. Produtos que trazem impactos ao meio ambiente vão ter uma taxa maior. Agora, como tudo ficou para ser discutido depois [na lei complementar], é uma questão complicada", afirma Lívia Gerbasi, assessora política do Inesc.

Lívia diz que o ideal seria que os combustíveis fósseis entrassem na lista de produtos que podem ter uma tributação maior, mas admite que será uma tarefa árdua fazer com que isso ocorra no Senado.

Além da necessidade de que o imposto seja regulamentado via projeto de lei complementar, Lívia ainda aponta que, da forma como está a redação do texto, nada impede que uma empresa seja taxada pelo imposto seletivo e receba isenções fiscais -o que, para ela, é uma contradição.

"Queremos que produtos que estão na lista do imposto seletivo não possam entrar na lista do incentivo fiscal."

Levantamento feito pelo Inesc mostra que 75% dos benefícios fiscais têm prazo indeterminado, isto é, ficam décadas no Orçamento da União.

"A gente precisaria ter um processo de gestão desses incentivos fiscais mais amplo e consolidado e que leve a uma revisão. Ou seja, um prazo máximo de cinco anos para cada incentivo e que, para você conseguir renovar, vai ter de passar por esse processo de novo no Congresso. Para essas revisões, você poderia colocar critérios ambientais, que é o que a gente está querendo."

A **Reforma Tributária** também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e prevê que os estados e o Distrito Federal priorizem "projetos que prevejam ações de preservação do meio ambiente" na aplicação dos recursos.

As organizações que assinam o manifesto Sistema 3S afirmam que buscarão mudanças no Senado.

"Persistiremos para que o Senado revise as lacunas", diz o posicionamento.

A nota ainda afirma que causa "espanto" a ausência de menção "à mudança climática ou à necessária redução de emissões de gases de efeito estufa, em confronto direto à Política Nacional sobre Mudança do Clima, que determina a inclusão do tema no sistema tributário."

Uma nota técnica elaborada pelo Inesc e pela Oxfam Brasil aponta que o texto não responde à questão sobre como assegurar a revisão adequada dos incentivos fiscais. "O texto do substitutivo não responde a essa questão e torna o critério eleito para indicar o rol dos produtos sujeitos à redução de alíquota bastante nebuloso", diz a nota, produzida pela advogada tributarista Tathiane Piscitelli.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/reforma-tributaria-traz-avancos-ambientais-mas-sao-insuficientes-afirmam-especialistas.shtml>

# Mercado acredita em queda de meio ponto da taxa Selic na quarta-feira

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) anuncia na próxima quarta-feira o novo valor da taxa básica de juros, a Selic. A expectativa do mercado é de mais um corte de 0,5 ponto na alíquota, reduzindo o índice a 12,75%.

A projeção pela queda desta semana tem como base a indicação da ata do Copom da última reunião, quando todos os diretores do banco indicaram a manutenção do mesmo ritmo de corte, de meio ponto.

A expectativa de **inflação** tem se mostrado sob controle, e a **inflação** corrente, principalmente pela queda de preços no setor de serviços, tem vindo melhor do que o esperado. Para o final do ano, parte do mercado aposta em queda de meio ponto, e outra parte acredita em aceleração para 0,75. De acordo com o Boletim Focus, a mediana do mercado financeiro espera que os juros caiam para 9% no ano que vem.

O economista André Perfeito lembra que os objetivos do Ministério da Fazenda no segundo semestre são mais desafiadores, e que o ministro Fernando Haddad depende da aprovação de projetos de lei espinhosos para conseguir aumentar a arrecadação do governo.

- A agenda de Haddad está mais complexa agora, depende ainda mais da arrecadação. Eles vão fazer o esforço, mas ainda não há sinais que levem ao déficit zero no ano que vem. O cenário não deve piorar, mas tende a parar de melhorar - disse ao GLOBO.

O ministro da Fazenda tem ao menos sete projetos de lei ou medidas provisórias nas mãos do Congresso Nacional, aguardando aprovação, para conseguir verbas extras. Três deles estão na Câmara dos Deputados, um projeto para taxação de offshores, outro para acabar com a redução de **impostos** sobre Juros de Capital Próprio e uma medida provisória que taxa os fundos de investimentos exclusivos.

Outras quatro propostas já estão nas mãos do Senado: a **reforma tributária**, que aguarda relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM); o PL de repatriação de bens no exterior, que tem relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e deve ser votado até o dia 26; o Desenrola, que também limita os juros do cartão de crédito e deve movimentar a economia e a regulamentação das apostas online.

Todos passarão pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PL da repatriação e a desoneração da folha não precisam seguir para o plenário e estarão aprovados se passarem pela comissão. O presidente Rodrigo Pacheco (PSD-RJ) já designou um relator para o Desenrola, o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL).

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/18/mercado-acredita-em-queda-de-meio-ponto-da-taxa-selic-na-quarta-feira.ghtml>

# Lira aponta excessos aflorando na PF e critica delações como a de Cid

17.set.2023 às 23h15

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diz em entrevista à Folha que o governo precisa ter "cuidado" com excessos que têm aflorado em investigações da Polícia Federal. Para ele, "tem policiais indo além" do que deveriam.

O deputado ainda critica o instrumento de delações premiadas de presos, como ocorreu com o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL). "Emitir juízo de valor sobre a questão de mérito, não vou fazer, não conheço o conteúdo da delação. Agora ponto pacífico é que delação de réu preso é impossível."

O presidente da Câmara também afirma que, após o governo ceder dois ministérios e estatais ao PP e Republicanos, o seu partido faz parte da base de apoio ao petista na Casa. Segundo o deputado, Lula terá cerca de 350 votos na Câmara, o suficiente para aprovação de PECs (propostas de emenda à Constituição).

Lira admite que a Caixa estará sob seu comando e que o banco terá indicações políticas, que passarão pelo seu crivo.

Lula nomeou André Fufuca, que era líder do PP, como ministro do Esporte. Isso significa a entrada do seu partido de vez no governo?

Há uma aproximação de partidos de centro que não faziam parte da base do governo para essa adesão. É claro que, quando um partido indica um ministro que era líder de um partido na Câmara, a tendência natural é que esse partido passe a ser base de apoio ao governo na Câmara dos Deputados, como Republicanos, como outros partidos.

Isso significa que todos os 49 votos do PP serão pró-governo?

Não, porque nenhum partido dá todos os votos. Mas eu acredito em uma base tranquila.

Quantos votos o governo tem hoje?

A gente cristaliza a oposição hoje em torno de 120, 130 votos cristalizados. Então, 350, 340 votos, o

governo deve estar numa base resolvida, eu penso. O acordo foi mais amplo, envolve outros partidos, tem parte do PL que quer fazer parte e já vota com o governo.

Qual é a situação da Caixa Econômica?

A Caixa faz parte do acordo com os partidos.

Porteira fechada [com as 12 vice-presidências incluídas]?

Esse foi o acordo.

Quando as trocas serão efetivadas?

Eu tenho uma conversa com o presidente Lula por esses dias. Ainda vou ter que conversar internamente no meu partido. Os nomes serão colocados à disposição do presidente, que fará a escolha.

Essa parte do acordo é tratada diretamente com o sr.?

Ali as coisas têm que ser tratadas com muita transparência e vão ser tratadas com muita clareza. E vão ter, claro, indicações políticas que não serão criminalizadas por isso. A turma terá responsabilidade. A exoneração é o primeiro convite para quem não andar corretamente. A conversa inicial era que ou na cota do PP ou na minha cota isso fosse indicado, mas isso será bem ampliado para todos os partidos que fizeram parte do acordo.

Mas essas indicações vão passar pelo sr.?

Penso que sim.

E a Funasa (Fundação Nacional de Saúde)?

Funasa faz parte do acordo com o Republicanos.

Como ficou a relação com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) após a declaração de que a Câmara está com muito poder?

Depois ele mesmo consertou. Isso está ultrapassado. [A relação] Sempre foi boa e vai continuar boa.

O plano de déficit zero é factível?

Se tomarmos as medidas, sim. Tem várias oportunidades de se elevar o caixa do governo sem elevar **impostos**. O governo, o Ministério da Economia e o Congresso terão de trabalhar juntos na busca de uma alternativa. Porque a [medida] que não terá não é aumento de imposto.

Para 2024, acredita em alguma mudança no modelo das emendas parlamentares, já que o governo ficou com parte da verba e isso tem gerado reclamação?

Penso que nós temos que evoluir, seja com emendas de bancada obrigatórias, emendas de comissão obrigatórias ou as individuais para que a política pública siga para o que ela se destina. Eu sempre defendi emenda parlamentar e continuarei defendendo, porque ninguém conhece mais o Brasil do que o parlamentar.

No passado, investigações mostravam que o loteamento político, muitas vezes, era onde aconteciam casos de corrupção. Por que agora pode ser diferente?

Você não pode criminalizar a política. A indicação política é perigosa por causa disso. Você indica uma pessoa, mas não convive com uma pessoa 24 horas, 48 horas, 72 horas. O que tiver de errado na administração pública tem que ser corrigido.

O repasse das emendas também é alvo de investigações por supostos desvios.

Qualquer recurso tem problema. Ao malfeitor tudo: a CGU (Controladoria-Geral da União), AGU (Advocacia Geral da União), a Polícia Federal, Polícia Civil. A gente só não pode criminalizar a emenda parlamentar. É um erro. É ela que diminui as distorções regionais que nós vivemos.

Um ex-assessor do sr. [Luciano Cavalcante] foi investigado pela PF por conta de supostas fraudes na transferência de emendas para a compra de kit robótica.

Isso é uma alegação. Mais um abuso, um excesso. Não tem nada que foi provado com relação a isso, inclusive toda essa operação foi anulada [pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal] e vocês sabem o porquê. Ao final e ao cabo, quando ela tiver o seu desfecho, as pessoas que fizeram serão todas responsabilizadas.

Eu não estou aqui julgando ninguém, estou dizendo por mim, que fui massacrado durante dois meses: aliados de Lira, parentes de Lira, assessor de Lira. Então, tudo a seu cabo, essa operação que aconteceu, que trata de um assunto depois que foi

totalmente desvirtuado, ela foi anulada pelo STF, por vício de iniciativa, perseguição de alvos, direcionamento de investigação. Não teve sorteio de procurador para atuar no caso. Então, ela é eivada de irregularidades. E, ao final, todos serão responsabilizados.

Ela foi anulada a pedido da sua defesa. Havia preocupação de onde a investigação podia chegar?

Não. Foi porque um delegado não pode pegar uma matéria de jornal falsa ou verdadeira e se dirigir para investigar o presidente da Câmara usando terceiros alvos para isso. Então, com muita tranquilidade, eu rebati o tempo todo e disse o tempo todo: o meu CPF não. Não tem nada nas minhas contas, não tem nada na minha vida pessoal, não tem nada nas minhas prefeituras que me desabone ao longo da minha vida. Quem defende a emenda como eu defendo não seria louco de estar na posição que estou e fazer qualquer tipo de coisa errada com relação a isso. Quando a gente perde o limite dos excessos, quando a polícia vira política, a gente tem dificuldades no país.

Quando o sr. fala em responsabilizar, está falando de investigadores?

Eu já entrei com representação no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), vou entrar com representação no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e tomarei as providências com relação a quem fez as investigações de maneira dirigida.

Há desconfiança e reclamações em relação à atuação do ministro Flávio Dino (Justiça), principalmente em relação à PF?

A questão do ministro Flávio Dino, comigo, a relação é muito boa. No Parlamento, ele tem lá suas dificuldades com a oposição, é normal do processo. O que não deve ter é uma polícia política, para nada. Isso é o pior dos mundos. Nem um polícia com autonomia para fazer o que quer. Nós não temos isso. Polícia é órgão de estado para cumprir determinações legais.

Mas as críticas à atuação política da PF existem há vários governos. Há uma atuação mais política neste governo?

O governo tem que ter esse cuidado. O atual governo, eu tenho dito, tem que ter esse cuidado com alguns excessos que estão aflorando. Eles tinham sido resolvidos e estão aflorando de novo com muita particularidade.

Tem exemplo?

Tem vários. Tem o [general Walter] Braga Netto, tem

outros aí. Polícia Federal não trabalha nem como promotor de Justiça, nem como juiz. Ela tem que ir até a investigação. Acabou a investigação, acabou o papel. Ela não pode ir além disso. Tem policiais indo além disso.

O que o sr. acha de a PF fechar acordo de delação sem o MPF [Ministério Público Federal]?

Ruim. Tem que ter o aval [do MPF]. De qualquer maneira, o Ministério Público é o dono da ação. Se ele não participa, se ele não vê, se ele não discute, na frente, como é que vai andar? Então, acho que quando você começa a extrapolar os seus limites, você começa a desvirtuar o sistema institucional brasileiro.

Bolsonaro e aliados têm sido alvo de investigações. O tenente-coronel Mauro Cid [ex-assessor de Bolsonaro] acabou de fechar uma delação premiada que, especula-se, deve mirar no ex-presidente. O sr. vê excessos de investigadores nesse caso?

Eu sempre condenei, ontem e hoje, delação de réu preso. Todo mundo era contra a delação de réu preso lá atrás. Nós estamos tratando de delação de réu preso hoje de novo, feita pela Polícia Federal. Emitir juízo de valor sobre a questão de mérito, não vou fazer, não conheço o conteúdo da delação. Agora ponto pacífico é que delação de réu preso é impossível.

Como está a sua relação com o ex-presidente Bolsonaro?

Falei com ele na **reforma tributária**, pedindo o apoio do PL. Não haveria porque aquele posicionamento [contra a reforma].

Ele está morto politicamente?

Nem de longe. Não sou eu que vou averiguar e verificar uma pergunta dessa. Ele foi julgado inelegível, politicamente é muito amplo, ele pode funcionar como cabo eleitoral, ele pode apoiar outro candidato, ele pode reverter uma decisão dessa no Supremo. A gente já viu tantas dificuldades. O presidente Lula é um exemplo vivo disso.

Quem vai herdar os votos do Bolsonaro?

Não tenho a menor ideia. Não falo sobre conjecturas. Ninguém se colocou para isso ainda.

Mas o sr. e o PP veem mais provável uma aliança no futuro com Lula ou com a oposição?

Você não vai querer resolver 2026 em 2023. Então, ninguém na vida até a morte está morto para nada.

E qual o seu futuro? Se um ministério for oferecido, o sr. considera?

Não falo sobre conjecturas.

Deputado federal por Alagoas, está no quarto mandato. Foi eleito presidente da Câmara em fevereiro de 2021 e reeleito em 2023. Antes, foi vereador em Maceió por duas legislaturas e deputado estadual por três. Filiado ao PP desde 2009, passou antes por PFL, PSDB, PTB e PMN.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/lira-aponta-excessos-aflorando-na-pf-e-critica-delacoes-como-a-de-cid.shtml>**

# Avanços na regulamentação de apostas esportivas (Artigo)

**EDUARDO MAURÍCIO**

A regulamentação das apostas esportivas no Brasil deu mais um passo importante. No último dia 13 de setembro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei n. 3.626/23, que normatiza as apostas esportivas por meio de quota fixa - as "bets" - e prevê uma nova distribuição de pagamentos de outorga, arrecadação, restrição e exigências. Um caminho essencial para o combate de fraudes, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

O projeto de lei manteve a carga tributária proposta pela equipe econômica do governo, com 18% para as casas de apostas esportivas (com aumento de repasse ao Ministério do Esporte e a inclusão do até então inexistente Turismo) e até 30% para os prêmios obtidos por apostadores.

Outro ponto relevante da proposta é o fato de estarem expressos os requisitos legais e a necessária autorização para as empresas de apostas on-line operarem legalmente no mercado. Essas empresas deverão, necessariamente, ter sede e serem constituídas em território nacional, afastando assim a dificuldade em uma eventual colaboração internacional em casos de prejuízos financeiros como, por exemplo, a manipulação de mercado. O Ministério da Fazenda é o órgão que concederá as autorizações, que serão intransferíveis e terão um prazo de duração de 3 anos. Importante destacar que no texto aprovado ainda existem lacunas sobre a estrutura, funcionamento das empresas e também a regras para campanhas de publicidade, as quais deverão ser definidas posteriormente pelo Ministério da Fazenda.

Outras questões importantes do projeto aprovado a serem analisadas são:

Estarão proibidos de apostar: menores de 18 anos de idade; pessoas com ligação e influência direta ou indireta nas casas de apostas (como, por exemplo, administrador e proprietário); treinadores, atletas, árbitros, dirigentes esportivos e demais pessoas ligadas aos objetos das apostas;

Infrações: serão consideradas infrações a exploração de "bets" sem autorização do Ministério da Fazenda; deixar de fornecer documentos aos órgãos competentes após solicitação, como, por exemplo, do

Ministério Público, compliance bancário e também do Coaf.

Além disso, será punido quem divulgar "bets" e operadores de loteria de apostas não autorizados, ficando um alerta aos influencers e blogueiros do Instagram, que deverão ter cuidados na divulgação, por exemplo, em stories dessas loterias aos seguidores e ao público no geral, sob as penas da lei e responsabilização cível e criminal em caso, por exemplo, de fraude financeira;

Punições: advertências; multas; suspensão parcial ou total, cassação ou proibição de realizar novas atividades; proibição de participar de licitação por cinco anos; e até mesmo a retenção de pagamento de prêmios;

Prêmios esquecidos: os ganhadores das apostas esportivas terão até 90 dias a partir da divulgação do resultado da aposta para retirar o prêmio, sob pena de metade do valor ser transferido ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, diferentemente do que dispõe a medida provisória, que estabelece que 100% do valor deve ser destinado ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). É fato que, se o referido projeto de lei for aprovado pelo Senado, que ainda apreciará a matéria, será um grande caminho para o combate de crimes financeiros como fraudes, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, pois o controle das apostas esportivas será maior e incidirá a obrigação legal de pagamento de **impostos** à União em virtude dos lucros obtidos que movimentam a casa dos bilhões de reais. As empresas ficarão com 82% do faturamento bruto (diferente dos 95% que prevê a Lei 13.756/18 - que nunca chegou a entrar formalmente em vigor porque não foi regulamentada).

Ao final, pensando na evolução do cenário legal envolvendo as apostas esportivas e as "bets", salta aos olhos a necessidade de implementação de um programa de compliance eficaz, com canais de atendimento e denúncias aos apostadores; due diligence; treinamento da equipe e de funcionários; a figura de proteção aos denunciadores de fraudes e crimes envolvendo as apostas esportivas, com existência de recompensas, em caso de uma denúncia real, como acontece nos EUA.

Além disso, será necessário a criação e exteriorização de código de ética e de conduta expresso; mecanismos de combate e prevenção à lavagem de dinheiro e terrorismo; bem como ações de prevenção aos vícios das apostas e também plano para garantir a integridade e evitar assim manipulação de resultados e apostas. Será importante criar um sistema de auditoria pelo Ministério da Fazenda e mecanismos de validação de identidade dos apostadores, o que deverá cessar a existência de "laranjas" que praticam lavagem de dinheiro. Portanto, esse novo marco legal das apostas esportivas no Brasil é necessário e deve ser aprovado o mais rápido possível para dar o devido retorno financeiro ao país e regulamentar, nos aspectos cíveis e criminais, um mercado que, até então, vive sem regras e virou alvo de organizações criminosas.

EDUARDO MAURÍCIO. Advogado no Brasil, Portugal e Hungria, presidente da Comissão Estadual de Direito Penal Internacional da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), membro da Associação Internacional de Direito Penal de Portugal (AI DP - Portugal) e da Associação Internacional de Direito Penal AIDP-Paris. Pós-graduado pela PUC-RS em Direito Penal e Criminologia e também em Direito Penal Econômico Europeu e em Direito das Contra ordenações e tem especialização em Direito Penal e Compliance, todos pela Universidade de Coimbra/Portugal. Pós-graduado pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol) Academy Brasil em formação para intermediários de futebol e pela Católica - Faculdade de Direito - Escola de Lisboa em Ciências Jurídicas. É mestrando em Direito-Ciências/Jurídico Criminais, pela Universidade de Coimbra/Portugal e pós-graduando pela Ebradi em Direito Penal e Processo Penal

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/09/2023/p1>

# CEOs americanos temem os impactos da polarização

**Andrew Edgecliffe-Johnson**

Na semana passada, antes de Howard Schultz se aposentar do conselho da Starbucks, ele lamentou em entrevista que os partidos Democrata e Republicano haviam sido, ambos, "sequestrados pelos extremos".

O magnata do café, que desistiu de uma candidatura independente à Casa Branca em 2019, já havia destacado a capacidade das empresas de unir um país dividido em várias ocasiões. No entanto, à medida que os EUA se preparam para outra eleição, o coro de executivos preocupados com o extremismo vem se tornando mais numeroso.

Antes, as empresas se consideravam "um empreendimento bipartidário", que conseguia encontrar moderados em ambos os lados, disse recentemente Andrew Liveris, ex-executivo-chefe da Dow, enquanto promovia seu novo livro, "Leading through Disruption" (na tradução livre, "liderando por meio da disrupção"). De acordo com Liveris, à medida que polarização se intensificou, as empresas "permaneceram no meio". "Mas elas não encontram praticamente ninguém para conversar", disse.

A disrupção que agora preocupa os executivos-chefes é diferente dos receios que eles costumavam ter em eleições anteriores, sobre **impostos** ou comércio exterior. Um número cada vez maior de executivos está preocupado com a intolerância e retóricas nocivas que dividem seus funcionários, inflamam o consumidor e colocam até a segurança em seus locais de trabalho em risco.

Neste verão americano, o assédio a funcionários da Target e as ameaças a instalações da AB In-Bev em razão de promoções relacionadas a temas LGBTQ+ intensificaram a apreensão. As divisões entre eleitores de Donald Trump e de Joe Biden estão "levando a todo tipo de conflitos no local de trabalho", diz Johnny Taylor Jr., executivo-chefe da associação de profissionais de recursos humanos Society for Human Resource Management. Seus membros têm relatado "uma preocupação real" sobre como os apoiadores de Donald Trump reagirão aos julgamentos dele na Justiça, diz.

Quanto à possibilidade de tensão no período que antecede as eleições presidenciais de novembro de

2024, Taylor Jr. disse não acreditar "que demorará 14 meses". "Acho que já estamos começando a sentir isso palpavelmente. Já há uma inquietação."

Em vez de ficar apenas na preocupação com o extremismo, alguns executivos concluíram que cabe a eles trazer o discurso de volta ao centro - ou pelo menos ao que eles definem como centro.

A organização de Taylor está lançando uma iniciativa de "civildade no local de trabalho", retratando diferenças políticas como uma questão de diversidade. Nas esferas estaduais, grupos como o Idaho Leaders United vêm fazendo algo semelhante, mobilizando líderes empresariais para rejeitar o fanatismo e a violência política.

Empresas não têm como prosperar sem comunidades seguras e inclusivas para onde pessoas talentosas queiram se mudar, explica Tommy Ahlquist, executivo-chefe de uma incorporadora imobiliária e um dos fundadores do grupo de Idaho. "O mundo de hoje está forçando mais pessoas a dizer que, se não defendem algo, então não defendem nada", disse, após ter testemunhado ataques on-line contra líderes locais e, em um caso, "multidões" do lado de fora da casa de um deles.

Ahlquist, um republicano que concorreu ao cargo de governador em 2018, chegou a pensar que um executivo-chefe poderia enfrentar esses problemas entrando na política. Ele conta ter percebido, contudo, que se tratava de "um mundo diferente".

Liveris acredita que não se trata de "wokismo" [o movimento pelo "despeitar" da consciência racial e social] quando líderes empresariais se inserem na política a partir de seus trabalhos profissionais. "Você precisa ajudar o pêndulo a achar o centro", diz. "Essa é a função das empresas".

A noção de "responsabilidade política empresarial" já preocupa pessoas de diversas convicções políticas, que nutrem desconfiança em relação ao poder das empresas e questionam por que executivos não eleitos deveriam influenciar o processo eleitoral. Há vários motivos para pensar que haverá oposição mesmo contra os esforços em prol de um debate mais consensual, simplesmente por ser uma iniciativa de executivos-chefes. Se as iniciativas de civildade no

local de trabalho conseguirão reverter a longa tendência de polarização dos EUA é uma questão em aberto.

Ainda assim, líderes empresariais parecem cada vez mais convencidos de que precisam tentar algo. A preocupação deles só aumenta.

"É preciso ajudar o pêndulo a achar o centro. É a função das empresas" Andrew Liveris

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Decisões do STF mantêm cobranças de IR sobre heranças e doações

**Bárbara Pombo De Brasília**

Contribuintes têm recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar cobranças de Imposto de Renda (IR) sobre ganho de capital decorrente da valorização de bens transmitidos por herança ou doação. A questão, porém, ainda divide os ministros e há decisões favoráveis à União - individual (monocrática) ou de turma.

A discussão é se ocorre dupla tributação, uma vez que os Estados cobram o ITCMD, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

Outro argumento, segundo Daniel Clarke, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, é que o doador não tem acréscimo de patrimônio ao transferir bens gratuitamente. "Pelo contrário. Ele tem decréscimo patrimonial", diz.

O ITCMD ou ITD é cobrado na transferência da propriedade em razão de morte, ou de doação. Quem recolhe é o herdeiro ou o donatário, aquele que recebe a doação. As alíquotas variam de Estado para Estado, mas podem chegar a 8%.

A União tem exigido o IR - com alíquota entre 15% e 22% - sobre eventual ganho auferido na atualização do valor do bem no momento da transferência da propriedade.

Mas diferentemente do que ocorre com o ITCMD, o IR é cobrado do doador ou do espólio, explicam advogados tributaristas.

Pelo artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997, os bens ou direitos transferidos por herança, ou doação em adiantamento de herança podem ser avaliados a valor de mercado, ou pelo constante da declaração de bens do doador, ou do falecido.

A discussão central, apontam advogados, é sobre a constitucionalidade do parágrafo 1º da norma.

O dispositivo prevê que, na transferência a valor de mercado, a diferença a maior fica sujeita à tributação pelo IR.

O importante, diz a advogada Juliana Cardoso, sócia da banca Humberto Sanches e Associados, é que o

contribuinte saiba do risco de, na transferência a valor de mercado, ser exigido o IR sobre o ganho de capital. "O fato é que a tributação acaba por diminuir a herança. Isso tem levado alguns clientes a querer discutir o tema judicialmente", afirma.

Até agora, a 1ª e a 2ª Turmas do STF proferiram, cada uma, dois acórdãos sobre o assunto, em sentidos opostos. Para advogados, o ideal seria a Corte afetar o tema para julgamento em repercussão geral, o que daria uma orientação para o Judiciário.

"O cenário é confuso e a discussão está em aberto, o que é um problema para o julgamento do tema pelos tribunais federais", diz Nina Pencak, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma, em nota ao Valor, que como existem precedentes das duas turmas do STF chancelando a exigência do IR "seria possível a submissão da matéria ao Plenário Virtual de repercussão geral, para reafirmação da jurisprudência".

Em julgamento virtual realizado em agosto, a 1ª Turma deu sinal verde para a União exigir o IR. Reformou acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, que havia reconhecido a bitributação.

Para o relator, ministro Luiz Fux, os fatos geradores dos **impostos** e as bases de cálculo são distintos. "No IRPF, há incidência sobre o patrimônio acrescido referente ao ganho de capital dos ativos herdados. Quanto ao ITCMD, a incidência se dará sobre a transmissão causa mortis da propriedade", afirma no voto.

Segundo o ministro, a base de cálculo do IRPF é o acréscimo apurado entre o valor de mercado no momento da transmissão da herança e o valor de aquisição do bem. Já a do ITCMD, diz, é o valor venal do bem transmitido causa mortis.

A decisão, no caso, foi unânime (RE 1437588). Participaram do julgamento a ministra Cármen Lúcia, que tem se posicionamento a favor da União na tese, além dos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Luís Roberto Barroso.

Em fevereiro, julgamento da mesma questão na 1ª

Turma teve, porém, desfecho diferente. Os ministros, por maioria, impediram a exigência do IR por entender estar configurada abtributação.

Mantiveram decisão do TRF da 2ª Região, favorável ao contribuinte (ARE 1387761).

Na ocasião, o ministro Barroso fundamentou que o Supremo tem entendimento de que o IR incide sobre acréscimo patrimonial disponível econômica ou juridicamente. E que a Constituição repartiu o poder de tributar entre os entes federados.

"Admitir a incidência do imposto sobre a renda nos moldes defendidos pela Fazenda acabaria por acarretar indevida bitributação, na medida em que também incidiria o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação", afirma, no voto.

Acompanharam o relator, na ocasião, os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Apenas a ministra Cármen Lúcia divergiu.

A composição das turmas do STF mudou neste ano. Em maio, o ministro Toffoli passou da 1ª para a 2ª Turma. Depois, em agosto, o novo ministro Cristiano Zanin passou a compor a 1ª Turma.

Na 2ª Turma também não há entendimento uniforme. No início de março, os ministros não entraram no mérito da discussão. Entenderam, por unanimidade, que não haveria, no caso, discussão constitucional para a Corte analisar.

Na prática, mantiveram decisão do TRF da 1ª Região que, além de reconhecer a bitributação, entendeu não ter ocorrido ganho de capital na transferência do bem herdado.

"Eventual discussão acerca da ocorrência de bitributação - nas hipóteses de incidência do IR sobre imóveis recebidos em herança - exigiria a reinterpretção de norma infraconstitucional (Lei nº 9.532), o que é vedado em sede de recurso extraordinário, além de revelar afronta meramente reflexa ou indireta ao texto constitucional", afirmou o relator, ministro Nunes Marques (RE 943075).

Em fevereiro de 2021, a 2ª Turma, por unanimidade, havia liberado a União de exigir o IR, a partir do voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, que, na época, compunha o colegiado.

Para ela, as normas que preveem a tributação não inovam sobre o fato gerador do IR nem na determinação de incidência desse tributo sobre a doação ou a herança (RE 1269201).

"Trata-se apenas da definição do momento para a apuração do ganho de capital tributável", diz ela, acrescentando que também não haveria bitributação porque o IR recai sobre o ganho de capital apurado na doação em antecipação de herança, e não sobre a doação em si.

Essa foi a mesma linha adotada, em abril deste ano, pelo ministro Gilmar Mendes, em decisão individual.

Para ele, o parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997, apenas explicitou o momento de apuração do acréscimo patrimonial, não se tratando de inovação sobre o fato gerador do IR.

"A tributação do ganho de capital nas transferências de bens do de cujus ou do doador configura acréscimo patrimonial sujeito à incidência do Imposto de Renda, não se havendo cogitar de bitributação ou de invasão de competência tributária", afirma (RE 1425609).

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187662>

# Governo antecipa Bolsa Família a municípios

Na série de medidas anunciadas pelo governo para auxiliar as famílias atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, foi anunciada a antecipação do pagamento do programa Bolsa Família para 97 cidades do Estado.

Os beneficiários receberão os recursos hoje, independentemente do final do NIS (Número de Identificação Social), usados para organizar as datas de pagamento.

O **comunicado** do governo também afirma que famílias que recebem o benefício pelo Caixa Tem, em conta Poupança Social Digital, poderão movimentar os valores pelo aplicativo, sem necessidade de ir até uma agência.

As chuvas intensas, resultado de um ciclone, que causaram enchentes e deixaram estragos em 104 municípios gaúchos provocaram 48 mortes, conforme boletim da Defesa Civil divulgado na sexta-feira, dia 15. Ao todo, 4.904 pessoas ficaram desabrigadas, dos quais 1.426 ainda estão nessa situação.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o governo federal fará concessão de empréstimo de R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ajudar na recuperação econômica das cidades atingidas pelo ciclone extratropical no Rio Grande do Sul. O anúncio ocorreu após reunião interministerial no Palácio da Alvorada.

De acordo com o governo, o empréstimo será feito com juro zero, dois anos de carência e apenas com correção da **inflação**. Além da concessão de empréstimo, o presidente afirmou que a gestão fará a liberação de R\$ 600 milhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para atender 354 mil trabalhadores.

"Eu e o companheiro Alckmin acabamos de fazer uma reunião com a comissão que foi criada para tratar dos problemas do Rio Grande do Sul", declarou, em vídeo divulgado nas redes sociais. "Além dos R\$ 740 milhões anunciados por ele no último domingo, tomamos uma decisão agora de fazer uma concessão de empréstimo do BNDES de R\$ 1 bilhão para ajudar a recuperar a economia de todas as cidades. E, ao mesmo tempo, a liberação de R\$ 600 milhões do

Fundo de Garantia para atender 354 mil trabalhadores." Na sexta-feira, (8/9), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), já havia anunciado, entre outras medidas, R\$ 1 bilhão em linhas especiais de crédito do banco estatal gaúcho Banrisul.

No fim de semana, Alckmin, no exercício da Presidência, visitou o Estado e anunciou R\$ 740 milhões para as prefeituras dos municípios atingidos pela chuva no Rio Grande do Sul. Para viabilizar o recurso, o governo federal fará uma medida provisória (MP) para abrir crédito extraordinário: parte será de recursos que já têm no Orçamento, e outra parte, por remanejamento.

## Tragédia

Segundo a Defesa Civil, está em 48 o número de mortos por causa das fortes chuvas que atingem o estado, sendo que nove pessoas ainda estão desaparecidas.

Equipes de resgate realizam esforços para tentar encontrar as vítimas. A cidade onde ocorreu mais mortes foi Muçum, com 16 perdas, e em seguida aparece Roca Sales, com 11. Cerca de 25 mil moradores perderam suas casas e ficaram desabrigados ou desalojados.

Ontem à noite começou a chover novamente na região e a previsão é de que podem ocorrer temporais até amanhã, com o risco de enchentes em alguns locais, assim como rajadas de vento. A Defesa Civil alertou para chances de chuva de até 90mm em alguns municípios, desta vez, em razão de uma área de baixa pressão.

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/18/all.pdf>

# Conflito está longe do fim, afirma Jens Stoltenberg

## Correio Braziliense

uma longa guerra na Ucrânia." A afirmação é do secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, em entrevista à imprensa ontem. Para ele, a paz só chegará quando a Rússia parar de atacar o país comandado por Volodymyr Zelensky.

O secretário afirmou que a Aliança Atlântica tem que se preparar para o longo conflito. "A maioria das guerras dura mais do que se pensa quando começam.

É por isso que nos devemos preparar para uma longa guerra na Ucrânia", declarou ao grupo de comunicação Funke.

O secretário-geral também destacou que embora uma paz rápida seja o desejo da Aliança Atlântica, "se os ucranianos parassem de lutar, a Ucrânia deixaria de existir". Segundo ele, passada a guerra, a Ucrânia, que fará parte do Nato (sigla em inglês para Otan), precisará de garantias de segurança.

Ainda de acordo com Stoltenberg, os membros do tratado devem aumentar os gastos militares, além de cumprir a meta de aportar pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para a defesa. A Alemanha é um dos países que ainda não atingiu a meta. Mas, segundo o secretário, está "no caminho certo".

"Em tempos de Guerra Fria, quando governavam Willy Brandt ou Konrad Adenauer, os gastos com a defesa rondavam 4% do **PIB**. Para a Nato, é importante que o país membro europeu mais populoso cumpra a meta, 2% de um bolo grande é mais do que 2% de um bolo pequeno", acrescentou o secretário.

Para o ex-primeiro-ministro norueguês, é complexo aumentar os gastos com defesa, quando também é preciso investir em outras áreas, como saúde e infraestrutura, ponderou Jens Stoltenberg.

A reunião entre os responsáveis militares da Otan em Oslo, na capital da Noruega, começou na sexta-feira, 15, e terminou ontem.

Retomada

Na tarde de ontem, autoridades ucranianas

anunciaram que retomaram o povoado de Klishchiivka, ao sul da cidade de Bakhmut.

As vitórias na contraofensiva de Kiev são de grande importância para a Ucrânia, no momento em que o presidente Volodymyr Zelensky se prepara para fazer sua segunda visita a Washington em tempos de guerra, na próxima semana, para tentar reunir apoio.

"Klishchiivka foi limpa de russos", anunciou o comandante das forças terrestres do Exército ucraniano, Oleksander Syrskyi, nas redes sociais.

Já Volodymyr Zelensky elogiou os soldados que lutam contra os russos perto de Bakhmut e deu destaque aos que retomaram Klishchiivka. A cidade, onde viviam centenas de pessoas antes da ofensiva de Moscou, havia sido capturada pelas tropas russas no mês de janeiro. O portavoz das tropas ucranianas no leste, Ilya Yevlakh, disse que a captura de Klishchiivka poderia ajudar o Exército de Kiev a cercar Bakhmut.

A Ucrânia iniciou uma contraofensiva no sul e leste do país em junho, depois de acumular armas ocidentais e recrutar batalhões. Bakhmut, cidade que tinha cerca de 70 mil habitantes antes da guerra, foi capturada pelas forças russas em maio, após uma das batalhas mais longas e sangrentas desde a invasão russa.

No sábado, o exército russo negou ter sido "desalojado" da cidade ucraniana de Andriivka, que também está localizada ao sul da cidade de Bakhmut.

"Na área de Donetsk, o inimigo (...) continua lançando operações de ataque (...) tentando em vão desalojar as tropas russas das cidades de Klichiiivka e Andriivka", informou o Ministério da Defesa.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/18/all.pdf>

# "O governo tem de ter juízo e cortar gastos"

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

ENTREVISTA: Affonso Celso Pastore, Economista, entre 1983 e 1985 foi presidente do Banco Central. É sócio da A.C. Pastore e Associados

Ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore acredita que a equipe econômica não vai conseguir cumprir a meta de zerar o resultado primário em 2024. Ele diz que o governo deveria "ter juízo", alterar a estratégia do ajuste fiscal e "fazer reformas que permitam cortar gastos". "Eu não tenho dúvida de que o governo não deseja e não quer fazer o contingenciamento de controle de gasto", afirma ele, que abre série de entrevistas do Estadão sobre a questão fiscal. "Esse governo coloca um papel crucial no aumento de gastos. Ele acha que o crescimento econômico do País depende dele." A seguir, os principais trechos: Qual é a avaliação que o sr.

faz da situação das contas públicas?

Em 2024, o aumento de gastos real (acima da **inflação**) será de 3,5%. Isso está dado. E o governo diz o seguinte: vou financiar com receitas sem o aumento de alíquota de nenhum imposto.

Ele tem de buscar receitas que somam R\$ 168 bilhões. Quando a gente percorre a lista do que o governo ofereceu - por exemplo, o negócio das offshores ou o negócio dos fundos fechados, qualquer um deles -, você não consegue encontrar os R\$ 168 bilhões. Com essas restrições que ele se impôs, é impossível atingir a meta do resultado primário nulo. Estou só falando de 2024, não estou falando de 2025 e 2026. Se não é possível atingir (a meta de déficit zero), o que ele deveria fazer é contingenciar as despesas, não realizar aquilo que faltar. Precisa fazer controle de gastos.

O governo deve seguir por esse caminho?

Eu não tenho dúvida de que o governo não deseja e não quer fazer o contingenciamento de controle de gasto. Se ele não conseguir atingir o resultado primário, deveria contingenciar ou mudar a meta. Se ele mudar a meta do resultado primário - o que o Haddad (Fernando Haddad, ministro da Fazenda) tem se negado a fazer -, vai para o espaço a tal da credibilidade e o esforço do governo de reduzir a relação dívida/**PIB**.

Não vejo isso sendo feito. Na minha opinião, e isso

não tem nada a ver com o Haddad, esse governo coloca um papel crucial no aumento de gastos. Ele acha que o crescimento econômico do País depende dele, do governo. Não está disposto a transigir nos gastos. No que isso vai dar? Não vai cumprir a meta de superávit primário e a relação dívida/**PIB** vai subir.

Qual será a consequência?

Com a política fiscal expansionista, você cria um problema para o Banco Central. Ele vai ter de reduzir a taxa de juros menos do que ele iria reduzir.

Se o BC mantiver o objetivo de chegar na meta de **inflação**, nós vamos ter de chegar numa taxa de juros real (taxa de juros nominal descontada a **inflação**) mais alta no fim do processo e, conseqüentemente, com crescimento menor.

O juro pode chegar a quanto no Brasil dado o nosso quadro fiscal?

A visão mais otimista que tem no mercado está colocando o juro entre 9,5% e 10%. A minha calibragem, com as nossas contas como modelo, é de 10,5% para entregar (a **inflação**) na meta em 2025. O temor que eu tenho é de que o Banco Central vai levar a taxa abaixo desses níveis. (...) O meu ponto é de que, precisando de mais receitas, o governo comece a pôr pressão no BC para tentar acelerar o crescimento (econômico) e, assim, gerar a receita necessária para poder cumprir a meta de resultado primário.

Acredita no cumprimento das metas fiscais de 2025 e 2026?

Se não quiser ter uma carga tributária excessiva no Brasil, tem de controlar gastos. O que o governo teria de fazer em 2025 e 2026 é mudar totalmente o enfoque de como está levando a sua proposta de ajuste fiscal. Tem de começar a controlar gastos para evitar um aumento de carga tributária excessivo. Se ele não controlar gastos e não puder fazer esse aumento excessivo de carga tributária, nós vamos ter um crescimento de dívida muito grande. É um crescimento que produz prêmio de risco em tudo quanto é ativo, principalmente na taxa de juros, e impede que o País cresça.

O governo tem de ter juízo e fazer reformas que permitam cortar gastos.

Com esse cenário, como fica a relação dívida/**PIB**?

O mercado responde a pesquisa Focus, do BC. Em nenhum ano, nem em 2024 nem 2025 nem 2026, a mediana das expectativas de resultado primário da pesquisa dá o resultado primário que o governo diz que é a meta dele. Na pesquisa Focus, tem um déficit de 0,7% do **PIB** em 2024, e também estão previstos déficits em 2025 e 2026. Se a gente seguir a pesquisa Focus, com o atual diferencial entre a taxa real de juros e a taxa de crescimento econômico, vamos chegar a uma relação de dívida/**PIB** entre 82% e 85% do **PIB** lá no final do governo Lula. É uma dívida muito alta para um país emergente, como é o caso brasileiro, com a péssima tradição fiscal que nós temos.

Como o investidor olha para o Brasil?

O Brasil não acaba. O País cresce menos, tem uma **inflação** mais alta, perde oportunidades de crescer. Tudo isso acontece.

São as consequências desse tipo de cenário.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# A falta que fazem as reservas - HENRIQUE MEIRELLES

## HENRIQUE MEIRELLES

A Argentina sofre mais uma grave crise financeira, que une hiperinflação e baixas reservas internacionais. A escassez de dólares atinge proporções dramáticas, a ponto de haver desabastecimento de produtos importados, desde alimentos até carros. Na década de 1980, o Brasil ficou insolvente como a Argentina por falta de dólares para bancar importações de petróleo.

Foi quando Mário Henrique Simonsen cunhou a frase "a inflação aleija, mas o câmbio mata". Quase ninguém se lembra disso porque o problema foi superado.

Algo que não é muito comentado porque não traz problemas atualmente são as reservas internacionais brasileiras.

As da Argentina estão em US\$ 27 bilhões, mas a maior parte está comprometida com dívidas. O Brasil tem hoje US\$ 342 bilhões em reservas (relatório do BC de 11 de setembro), valor mais do que confortável.

Mas nem sempre foi assim.

Quando assumi a presidência do Banco Central, em 2003, o Brasil tinha US\$ 36 bilhões de reservas e devia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Como o País perdia recursos - o que entrava na balança de pagamentos era menos do que o que saía -, corria o risco de ficar insolvente.

O processo de saída de dólares havia começado meses antes, devido à tensão em torno do que seria o governo Lula.

Quando o governo assumiu, iniciamos no BC um processo de controle da inflação, que depois envolveu aperfeiçoamentos na área de crédito e abriu a possibilidade de aproveitarmos o aumento das exportações para acumular reservas.

Quando deixei a presidência do BC, em 2010, o Brasil tinha US\$ 288 bilhões em reservas internacionais.

É talvez um dos mais importantes ativos do País.

Para entender a importância disso, basta pensar na crise de 2015/16, quando o PIB caiu mais de 5% de

junho de 2015 a maio de 2016. A situação era grave, mas era uma crise de raízes fiscais, ou seja, causada por excesso de gastos. Resolve-se isso como em 2016, com a retomada do controle dos gastos públicos. Não ter dólares para pagar importações e cumprir compromissos é um problema mais grave.

Um país com reservas robustas não cai no descrédito porque o mercado sabe que o Banco Central poderá usá-las.

Foi o que fizemos na crise de 2008: quando o mercado de crédito se fechou, anunciamos que o BC emprestaria reservas suficientes para substituir os bancos internacionais durante um ano. Além disso, venderia até US\$ 50 bilhões de dólares no mercado de dólares para entrega futura, o que permitiu às empresas quitarem seus compromissos.

A crise passou.

Sem reservas, a Argentina não tem esse recurso à mão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Brasil continua a investir mal em educação (Editorial)

O Brasil ocupa a terceira pior posição em investimento público na educação básica, num ranking de 42 países avaliados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os US\$ 3.583 por aluno gastos todo ano são um terço da média (US\$ 10.949), superando apenas África do Sul e México, diz o estudo Panorama da Educação 2023.

Embora o relatório aponte que o Brasil reduziu em 10,5% a despesa pública com educação depois da pandemia (enquanto os países da OCDE registraram aumento de 2,1%), não se pode dizer que o país não invista em educação.

Na proposta orçamentária para 2024, a verba do MEC passa de R\$ 147 bilhões para 181 bilhões, uma das maiores entre as pastas. Como proporção do **PIB**, o gasto brasileiro, incluindo os três níveis de governo, fica em torno de 5,4%, nível comparável ao da França (5,5%), mais que Espanha (5%) ou Portugal (5,1%) - na OCDE, a média é 5,1%.

Continuamos gastando mal, com prioridades equivocadas. Chama a atenção que, no ensino superior, o gasto do Brasil (US\$ 14.735 por aluno) esteja na média da OCDE (US\$ 14.839).

Investe-se na ponta, mas descuida-se da base, necessária para a formação das novas gerações. "O relatório mostra que a gente precisa priorizar os recursos, investindo mais no ensino básico, observando como eles são gastos, avaliando a qualidade da alocação e sua efetividade", diz Alexandre Schneider, pesquisador da FGV especializado em educação. "Usamos os recursos para atrair professores, melhorar sua formação?

Ou destinamos o dinheiro a políticas que não fazem sentido?" As distorções apontadas no relatório sugerem que a segunda alternativa reflete melhor a realidade. O estudo também evidencia o descaso brasileiro com o ensino profissionalizante. O Brasil registra o terceiro pior indicador na modalidade: apenas 11% dos jovens de 15 a 19 anos estão matriculados nesses cursos, ante média de 37% nos países da OCDE. A meta de atingir 5,2 milhões de matrículas até 2024 se mostra inviável, uma vez que no ano passado eram apenas 2,1 milhões.

O ensino profissionalizante é um caminho para jovens

adquirirem uma perspectiva profissional e financeira.

Infelizmente, políticas públicas que tentam corrigir as falhas enfrentam obstáculos. O Novo Ensino Médio, que estimula cursos técnicos, está parado por decisão do MEC em meio a discussões estéreis. O Brasil aparece mal também quando o assunto são jovens que não estudam nem trabalham, os "nemnem".

Na faixa de 18 a 24 anos, representam 24,4% da população, sexto pior indicador do ranking (a média é 15%).

O país deveria se perguntar por quê.

Cursos e currículos divorciados da realidade, que não preparam os jovens para um mercado competitivo ou para as demandas da economia, certamente têm influência. Será acaso que, nas últimas décadas, o Brasil ampliou as matrículas e a escolaridade da população, mas a produtividade permanece estagnada, ao contrário do que ocorreu em países como Chile ou Coreia do Sul?

É um erro afirmar que o problema se resume à falta de dinheiro. Há questões mais relevantes. É preciso melhorar a formação dos professores, equipar escolas que ainda se encontram na era analógica, tornar os currículos mais atraentes etc. Levando em conta o desempenho pífio dos estudantes brasileiros em exames nacionais e internacionais, não é difícil concluir que o Brasil usa mal seus escassos recursos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Copom ancora previsões e mercado vê Selic em 12,75% nesta semana

*Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo*

Surtiu efeito no mercado a estratégia adotada pelo Banco Central de indicar como apropriado o ritmo de 0,5 ponto percentual no processo de redução da taxa básica de juros. Assim, os agentes iniciam a semana totalmente "ancorados" e com a expectativa de que, na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduza a Selic de 13,25% para 12,75%.

Se, no início de agosto, a curva de juros (taxa ao longo de vários vencimentos) chegou a indicar apostas numa aceleração do ritmo, essa possibilidade saiu do radar diante da comunicação dos diretores nos últimos 45 dias e de uma evolução menos favorável do cenário doméstico e externo.

Das 140 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor, 139 esperam um corte de 0,5 ponto na Selic nesta semana.

Desde o último Copom, as expectativas de **inflação** interromperam o processo de queda; o câmbio se desvalorizou; a atividade econômica continuou a surpreender positivamente; e o cenário externo se mostrou mais desafiador, com a disparada dos rendimentos dos Treasuries. Por outro lado, a **inflação** corrente continuou a mostrar uma dinâmica benigna, com desaceleração da **inflação** de serviços.

Com a melhora da **inflação** e a expectativa de uma desaceleração da economia mais evidente no segundo semestre, aumentou a aposta em torno de uma aceleração no ritmo de cortes da Selic a partir de novembro ou de dezembro.

Ainda assim, 76% das casas veem o ritmo de 0,5 ponto de corte sendo adotado até o fim do ano.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187662>